



# RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO 2015

Governo da Bahia

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

# **RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO 2015**

SALVADOR, 2016

## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**RUI COSTA**  
**Governador do Estado da Bahia**

**JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO**  
**Vice-Governador**

**BRUNO DAUSTER**  
**Secretário da Casa Civil**

**JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO**  
**Secretário do Planejamento**

**EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO**  
**Secretário da Administração**

**JOÃO VITOR DE CASTRO LINO BONFIM**  
**PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CÂMERA**  
**Secretário da Agricultura, Pecuária,  
Irrigação, Pesca e Aquicultura**

**MANOEL GOMES DE MENDONÇA NETO**  
**Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação**

**ANTÔNIO JORGE PORTUGAL**  
**Secretário de Cultura**

**JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA**  
**Secretário de Desenvolvimento Rural**

**CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**  
**Secretário de Desenvolvimento Urbano**

**OSVALDO BARRETO FILHO**  
**Secretário da Educação**

**MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**  
**Secretário da Fazenda**

**JORGE FONTES HEREDA**  
**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
**Secretário Desenvolvimento Econômico**

**MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI**  
**Secretário de Infraestrutura**

**JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS**  
**Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social**

**EUGÊNIO SPENGLER**  
**Secretário do Meio Ambiente**

**VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA**  
**Secretário de Promoção da Igualdade Racial**

**JOSIAS GOMES DA SILVA**  
**Secretário de Relações Institucionais**

**CÁSSIO RAMOS PEIXOTO**  
**Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento**

**FÁBIO VILAS-BOAS PINTO**  
**Secretário da Saúde**

**MAURÍCIO TELES BARBOSA**  
**Secretário da Segurança Pública**

**JOSÉ ÁLVARO FONSECA GOMES**  
**Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte**

**NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO**  
**Secretário de Turismo**

**ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO**  
**Secretário de Comunicação Social**

**MARIA OLÍVIA SANTANA**  
**Secretária de Políticas para as Mulheres**

**NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO**  
**Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização**

**CÍCERO MONTEIRO**  
**Chefe do Gabinete do Governador**

**PAULO MORENO CARVALHO**  
**Procurador Geral do Estado**

**Cel. PM CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E SILVA**  
**Chefe da Casa Militar do Governador**

## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Relatório Anual de Governo 2015  
*Copyright Secretaria do Planejamento*  
Superintendência de Monitoramento e Avaliação

RUI COSTA  
**Governo do Estado da Bahia**

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO  
**Secretaria do Planejamento – SEPLAN**

CLAÚDIO RAMOS PEIXOTO  
**Chefia de Gabinete – SEPLAN**

ELIANA BOAVENTURA  
**Diretoria Geral da SEI**

MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO  
**Superintendência de Monitoramento e Avaliação – SMA**

VERENA DE CARVALHO RAMOS  
**Coordenação do Relatório**

**Equipe Técnica SEPLAN**

**Diretoria Geral – DG**  
GERALDO DIAS ABBEHUSEN

**Assessoria de Comunicação – ASCOM**  
MAURÍCIO RIOS XAVIER

**Superintendência de Monitoramento e Avaliação – SMA**  
ANTÔNIO LEOPOLDO MEIRA  
ALACIR DANTAS  
NADYA MARIA SANTANA FIGUEIREDO

**Equipe Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI**  
**Diretoria de Estatística/Coordenação de Acompanhamento Conjuntural**  
ARTHUR SOUZA CRUZ  
CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO  
ELISSANDRA ALVES BRITTO  
JORGE TADEU DANTAS CAFFE  
MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR

**Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Pesquisas Sociais**  
GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN  
LUIZ FERNANDO DE ARAÚJO LOBO

## **Assessores de Planejamento e Gestão – APG das Secretarias**

Ronald de Arantes Lobato – CASA CIVIL/GABGOV  
Wilson Moreira Cardoso – SAEB  
Valéria Barreto Peruna – SDE  
Marcela Alvarez Moura Costa Andrade – SJDHDS  
Edson Valadares (respondendo) – SDR  
Luiz Geraldo Teles Freire Junior – SEAGRI  
Jackson Cerqueira – SEAP  
José Augusto Rios Bastos – SEC  
Luis Alberto Teixeira Melo – SECOM  
Maria de Fátima Silveira Ferreira – SECTI  
Daniel Uchoa Peixoto – SECULT  
José Adelson Mattos Ramos – SEDUR  
André Luis Santos Cordeiro de Almeida – SEFAZ  
Adriano Souza de Oliveira – SEINFRA  
Rômulo de Souza Cravo – SEMA  
Dilma Santana de Jesus – SEPLAN  
Maria Aparecida dos Santos – SEPROMI  
Osias Ernesto Lopes – SERIN  
Waldelio Almeida de Oliveira – SESAB  
Renan Oliveira de Araújo – SETRE  
Isabella Paim Andrade – SETUR  
Ninon Fonseca F. da Silva – SIHS  
Yolanda de Souza Checcucci – SPM  
Silvana Salomão Góes Fontes – SSP  
Hilda Cunha Khan – PGE

# SUMÁRIO

---

Apresentação . . . . .	9
Capítulo 1 – Contexto: Indicadores socioeconômicos e perspectivas . . . . .	13
Capítulo 2 – Gestão Financeira . . . . .	33
Capítulo 3 – Principais realizações de Governo por eixos. . . . .	43
Eixo Estruturante I – Inclusão social e afirmação de direitos. . . . .	45
Eixo Estruturante II – Desenvolvimento sustentável e infraestrutura para o desenvolvimento. . . . .	201
Eixo Estruturante III – Gestão democrática do Estado . . . . .	309
ANEXO I – Municípios por Territórios de Identidade. . . . .	351

# APRESENTAÇÃO

---

O presente Relatório de realizações do Governo da Bahia, tendo por base o ano de 2015, contém dois aspectos emblemáticos: o primeiro é o registro das realizações do ano final de vigência do Plano Plurianual 2012–2015, e está organizado consoante os três eixos estruturantes que abrigam as 24 áreas temáticas, com os respectivos 47 programas de governo constitutivos do PPA; o segundo aspecto refere-se a ser essa a prestação de contas primeira da nova gestão à sociedade baiana, por intermédio da Assembleia Legislativa da Bahia. Cumpre-se, com esse instrumento, um dos princípios basilares da democracia cidadã, qual seja, a publicização da execução das políticas públicas, com um registro sistemático e acessível do primeiro ano de mandato do governo eleito para o quadriênio 2015–2018.

Em obediência ao princípio da transparência na aplicação dos recursos públicos, e como prestação de contas das políticas públicas formuladas, o Relatório Anual de Governo, além de cumprir preceito legal, incorpora em sua gênese e estrutura o imperativo de constituir-se em uma peça que amplia e fortalece as complexas e necessárias interfaces do estado com a sociedade.

Consolidam-se os avanços do modelo de desenvolvimento desse Governo, que, instituído desde 2007, persevera nos princípios democráticos e aprimora-se na plena opção pelos excluídos socialmente, favorecendo a evolução da qualidade de vida e institucionalizando políticas de proteção aos grupos historicamente excluídos como os povos indígenas, o negro, a mulher, a criança e o idoso.

As realizações aqui apresentadas estão estruturadas segundo o modelo do Plano Plurianual 2012–2015 (Lei nº 12.504 de 29 de dezembro de 2011), que expressa os compromissos e objetivos governamentais representados na Visão de Futuro da Estratégia de Desenvolvimento da Bahia, formulada em 2007.

Em 2015, o Governo da Bahia buscou preservar o equilíbrio das contas públicas diante do quadro econômico nacional e internacional desfavorável, ao tempo em que se mobilizou para acelerar a execução das principais obras públicas estruturantes em todo o estado, e atrair novos investimentos que possam reverter o cenário de retração econômica e gerar postos de trabalho. Com esse propósito, foi monitorada a qualidade do gasto público e ampliado o investimento em tecnologia aplicada à atuação do fisco, fortalecidos pela reforma administrativa realizada em dezembro de 2014.

Assim, na perspectiva de reduzir despesas correntes e melhorar a qualidade do investimento, buscou-se o ajuste gradual no âmbito fiscal, com níveis de endividamento aceitáveis e, a partir desse fundamento, a conciliação entre os princípios da responsabilidade fiscal e a expansão e melhoria dos bens e serviços públicos disponibilizados à população.

O rígido controle de gastos, amparado por marcos legais como os Decretos nº 15.924 de 06/02/2015 e nº 16.417 de 16/11/2015, aliado a medidas de combate à sonegação e de modernização do fisco, fortaleceram o indispensável processo de ajuste financeiro, incentivando o alinhamento das despesas com a arrecadação. Essa decisão vem garantindo a disciplina fiscal e financeira num cenário de incertezas.

Foi mantido, a despeito do contexto adverso, o ritmo dos investimentos públicos de obras estruturantes, sendo exemplo a ampliação do metrô de Salvador, com investimento da ordem de R\$ 8,5 bilhões na capital baiana.

O Governo do Estado continuou executando, em 2015, as políticas de desenvolvimento que se mostraram exitosas na superação de desafios históricos enfrentados pelos baianos. É o caso do programa Água para Todos – PAT, beneficiando quase 1,6 milhão de baianos em 2015, levando água de qualidade para os residentes em áreas de escassez hídrica, especialmente na zona rural.

Os programas Educar para Transformar e Pacto pela Vida, ao lado das ações de valorização e universalização da Saúde, vêm sendo alvo de redobrada e intensa atenção da nossa gestão.

No âmbito da infraestrutura para o desenvolvimento, o ano foi marcado por investimentos estruturantes, como a continuidade dos estudos para construção da ponte Salvador–Ilha de Itaparica e a realização de três audiências públicas a ela relacionadas, nos municípios de Salvador, Itaparica e Vera Cruz.

Em dezembro de 2015, foi apresentado ao Governo Federal um conjunto de ações necessárias e emergenciais para amenizar o sofrimento das famílias baianas que sofrem com a estiagem. O documento, contendo especificidades e proposições de enfrentamento, foi entregue pelo Governador ao Ministro do Planejamento.

Para que as obras hídricas sejam viabilizadas, é necessário um investimento federal de R\$ 261 milhões. O trabalho elaborado por técnicos baianos resultou de um entendimento firmado, em novembro de 2015, com a presidente Dilma Rousseff, momento em que o Governo Federal se colocou à disposição para ajudar os estados nordestinos que enfrentam a seca prolongada.

No corrente ano, o Relatório Anual de Governo é apresentado em um volume único, provido com textos que, conquanto sintéticos, favorecem em sua funcionalidade a leitura e o adequado entendimento do documento como um todo e de áreas específicas onde se apresentam as entregas dos quatro anos do PPA.

Em sua prospecção às áreas temáticas, o leitor encontrará em destaque as principais realizações governamentais, em linha com os detalhamentos conexos.

Enfim, o presente Relatório oferece uma visão das principais realizações executadas ao longo de 2015 e demonstra, em especial, o compromisso do Governo do Estado em concretizar a estratégia voltada para a inclusão social.

Pode-se afirmar ter sido 2015 o ano da superação, respaldada na valorização da cultura da eficiência e controle por meio da qualidade do gasto e no combate à sonegação com uso de tecnologias aplicadas

à atuação do fisco. Essa mobilização de meios e o acerto de estratégias viabilizaram a promoção da inclusão social e do desenvolvimento com transversalidade e transparência. Assim é que permaneceu na agenda governamental o princípio de pactuação com entes federados, fazendo valer a transversalidade das ações de educação, saúde e segurança, materializadas com o envolvimento e participação de vários órgãos da União, estado e municípios.

O compromisso de consolidar a territorialidade prossegue, capitaneado pela SEPLAN, com o projeto Agenda Territorial da Bahia – AG-TER, que institucionalizará o planejamento e a implementação de ações nos Territórios de Identidade, com a participação de vários órgãos e entidades, inclusive não governamentais.

Seguramente, a trajetória de participação dos movimentos sociais na formulação e execução das políticas públicas, somada à transparência governamental em planejar e executar as suas ações, consubstanciam e fortalecem a democracia cidadã na Bahia.

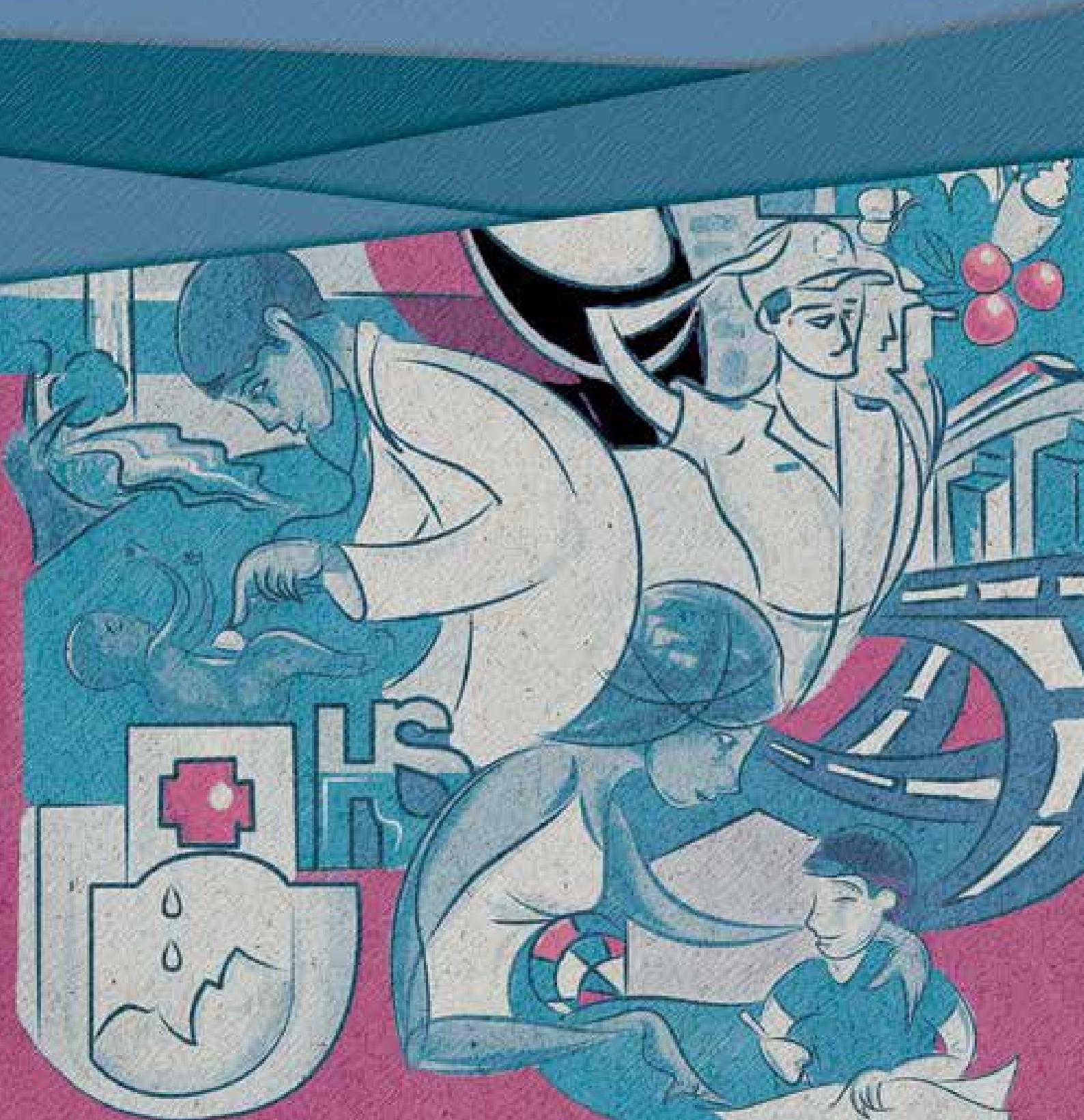
*JOÃO LEÃO*

Secretário do Planejamento

CAPÍTULO 1

# CONTEXTO

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E PERSPECTIVAS



## CAPÍTULO 1

# CONTEXTO INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E PERSPECTIVAS

## INTRODUÇÃO

**A**pesar da crise financeira internacional, as economias brasileira e baiana cresceram, entre os anos de 2012 e 2014, ainda que a um ritmo menor. Esse resultado foi fruto de políticas que favoreceram a distribuição de renda, o consumo e o investimento produtivo. O Produto Interno Bruto – PIB baiano, indicador que mede o nível de produção e renda do estado, acumulou crescimento de 5,5%, no período, a uma taxa média anual de 1,8%. Quando se observa, de forma desagregada, os números dos grandes setores de atividade, infere-se que o setor de serviços foi o principal responsável pelo resultado, acumulando um crescimento de 7,2% no período, a uma média anual de 1,1%. O setor industrial, por sua vez, acumulou uma expansão de 1,7% e a agropecuá-

ria, que vivenciou forte período de estiagem, sobretudo em 2012 e 2013, apresentou uma taxa acumulada negativa de 7,6%. No entanto, nos últimos dois anos, este setor foi o que apresentou maior expansão anual: 12,5%, em 2014, e 7,0%, no acumulado de janeiro a setembro de 2015.

O ano de 2015, porém, foi marcado por retração da economia brasileira, motivada por fatores internos e externos, o que atingiu também a economia baiana. Desse forma, no acumulado dos três primeiros trimestres, o PIB local teve queda de 2,1%, puxado pelo encolhimento dos setores industrial (-3,0%) e de serviços (-1,2%).

Entre 2012 e 2014, as exportações baianas apresentaram tendência de queda, explicada pela apreciação cambial no período,

bem como pelo recuo dos preços das *commodities* e da demanda externa em função da crise nas economias centrais. Em 2012, as exportações atingiram o maior valor em dólar da série histórica (US\$ 11,3 bilhões), já em 2014 foi de US\$ 9,3 bilhões. No período, também, as importações atingiram seu maior valor, em 2014, de US\$ 7,1 bilhões, favorecidas pelo câmbio apreciado e pela economia aquecida. Não obstante, a depreciação do real, em 2015, não foi suficiente para as exportações locais reagirem, e o saldo comercial baiano deverá ser negativo.

O mercado de trabalho formal da Bahia gerou 69.910 postos entre janeiro de 2012 e outubro de 2015. O resultado reflete o momento de crescimento econômico vivenciado até o fi-

nal do ano de 2014, cujos reflexos, em geração de emprego, ainda não foram suplantados pelos saldos negativos registrados no ano de 2015.

A renda real pessoal de todas as fontes observou aumento no período, saindo de R\$ 1 mil em 2012 para R\$ 1,2 mil em 2014 (ganho real de 7,4%). No meio rural, o aumento da renda foi mais expressivo, saindo de R\$ 618 para R\$ 708 no mesmo período (14,5% de ganho real). Não obstante, o percentual da renda apropriada no período

pelos 40% mais pobres passou de 10,5% para 11,4%. Esses dados corroboram o fato de que as políticas sociais e de distribuição de renda foram eficazes, embora não tenham esgotado seu papel, uma vez que a desigualdade no estado ainda é alta (0,518 em 2014), superior à da Região Nordeste (0,501 em 2014).

O percentual de pessoas vivendo sob condição de extrema pobreza se reduziu, saindo de 7,4% da população em 2012, para 4,9% em 2014. Essa redução de 2,5 pontos percentuais signifi-

ca a saída de cerca de 374,0 mil pessoas desse grupo.

No período, o acesso à energia elétrica nos domicílios manteve-se próximo à universalização, tendo o meio rural se aproximado ao percentual do meio urbano (96,3% contra 99,9% em 2014).

O acesso à escola para pessoas de 6 a 14 anos manteve-se estável em cerca de 98% no estado. Os meios urbano e rural não apresentaram diferenças significativas entre 2012 e 2015, apresentando percentual similar ao do total do estado.

## Contexto socioeconômico

O Governo da Bahia, em 2015, atuou no sentido de preservar o equilíbrio das contas públicas, diante do quadro econômico nacional e internacional desfavorável. Ao mesmo tempo procurou acelerar a execução das principais obras públicas estruturantes em todo o estado e atrair novos investimentos que possam reverter o cenário de retração econômica e gerar novos postos de trabalho.

O processo de ajuste financeiro, através do alinhamento das despesas com a arrecadação, implicou rígido controle de gastos, aliado a medidas de combate à sonegação e de modernização do Fisco. Na perspectiva de reduzir despesas correntes e melhorar a qualidade do investimento, buscou-se o ajuste gradual no âmbito fiscal, com níveis de endividamento aceitáveis e, a partir disso, a conciliação entre os princípios da responsabilidade fiscal e a expansão e melhoria dos bens e serviços públicos disponibilizados à população. Essa opção garante a disciplina fiscal e financeira num cenário de incertezas.

Por outro lado, a manutenção dos investimentos públicos é fundamental para o ritmo de obras estruturantes de infraestrutura, como a ampliação do metrô de Salvador, saneamento básico, desenvolvimento urbano e rural; e prestação de serviços públicos em saúde, educação e segurança. Os investimentos em infraestrutura

contribuem para solucionar os problemas de logística e facilitam o escoamento da produção, ampliando as condições de atratividade do investimento privado. A política de atração de investimentos do Estado da Bahia inicia uma nova dinâmica no atual governo, com destaque para os novos investimentos industriais, agroalimentar, metal-mecânico, químico-petroquímico e do setor mineral.

O ano de 2015 ficou marcado pela grave crise econômica no País, que se refletiu na retração do nível de atividade, com efeitos desestabilizadores sobre o mercado de trabalho e as finanças públicas. Assim, a compreensão dos desafios enfrentados pela economia mundial e nacional é fundamental para a análise do desempenho da economia baiana.

## Cenário macroeconômico internacional

A economia mundial ainda se ressentiu dos efeitos da crise financeira que eclodiu nos Estados Unidos – EUA e se espalhou pelo mundo, a chamada Grande Recessão de 2008. Apesar dos sinais de recuperação nos EUA e em algumas economias avançadas da Zona do Euro, o crescimento econômico global permaneceu contido e desigual ao longo de 2015, sendo ainda incapaz de deslanchar um novo ciclo de prosperidade. O Fundo Monetário Internacional – FMI rebaixou suas expectativas para a taxa de crescimento do PIB mundial este ano, de 3,3% para 3,1%, abaixo, portanto, do resul-

tado de 2014, que foi de 3,4%. Para 2016, o FMI projetou crescimento de 3,6%.

A retomada modesta nas economias avançadas e a desaceleração das economias em desenvolvimento e emergentes foram os elementos que motivaram a revisão das projeções. No conjunto dessas economias, o ritmo de atividade econômica deverá enfrentar suave queda, passando de 4,6%, em 2014, para 4,0%, em 2015, e 4,5% em 2016. Para o Brasil, o FMI estima uma contração do PIB de 3,0%, para 2015, e de 1,0% em 2016. Essa desaceleração nas economias em desenvolvimento refletiu o ritmo mais fraco de expansão em países como China e a recessão em nações como Brasil e Rússia.

Nas economias avançadas, a política econômica concentrou-se na acomodação monetária ao ciclo econômico. Nos EUA, o Comitê Federal de Mercado Aberto – FOMC do Federal Reserve – Fed discute o início do processo de normalização da política monetária, que encerraria o longo programa de expansão monetária, através de compra de ativos, e elevaria a taxa básica de juros. A manutenção da meta da taxa de juros no intervalo entre 0% a.a. e 0,25% a.a. ocorre em função das incertezas quanto ao vigor da retomada de crescimento da economia norte-americana. O Produto Interno Bruto – PIB norte-americano teve desempenho modesto no primeiro trimestre (0,6%), influenciado pelo inverno rigoroso, causando fechamento de portos e pela queda de investimentos no setor de petróleo.

Já no segundo trimestre, a atividade econômica acelerou-se (3,7%), refletindo, principalmente, o aumento no consumo das famílias, do investimento privado, das exportações líquidas e dos gastos do governo.

Na Europa o ritmo de crescimento, também, apresentou-se desigual. Apesar da crise na Grécia, segue a tendência de recuperação gradual das economias mais avançadas da região, onde as pressões deflacionárias são a principal preocupação das autoridades monetárias da Zona do Euro. A demanda retraída e a queda de preços do petróleo explicam o comportamento da inflação, apesar da desvalorização do euro frente ao dólar. O PIB da região, as taxas anualizadas, retraiu-se no primeiro (-2,1%) e no segundo trimestres (-1,4%), apresentando ainda taxas de desemprego elevadas. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu – BCE comprometeu-se a manter sua política de flexibilização monetária até, pelo menos, setembro de 2016.

O Banco Central do Japão – BoJ, por sua vez, não tem data para encerramento do seu programa de *quantitative easing* (relaxamento monetário), vendo-se às voltas com problemas de deflação e contração da atividade econômica do país. O programa de flexibilização monetária do Japão não tem promovido o efeito esperado na economia local, que enfrenta um longo processo de estagnação, ainda que seja uma das mais dinâmicas economias globais.

A economia chinesa, por sua vez, atravessa um processo de transição para taxas de crescimento mais moderadas, evidenciada pela desaceleração recente do ritmo de formação bruta de capital fixo. A queda mais acentuada ocorreu no âmbito do investimento residencial, que declinou de uma taxa anual de 12,5% em 2014 para 2,1% nos oito primeiros meses de 2015. O movimento em curso na economia chinesa tem potencial de provocar instabilidades, principalmente para as que dependem amplamente de sua demanda global por *commodities* agropecuárias e minerais.

Em síntese, o cenário externo para 2015 foi marcado por uma lenta reativação das economias avançadas, ainda ameaçadas por focos de instabilidades financeiras, conforme apontado pelo *Global Financial Stability Report* do FMI e com sinais pouco claros de uma recuperação mais sólida.

## Contexto nacional

O crescimento da economia nacional em 2015 ficou comprometido em razão da conjuntura recessiva que se instalou diante da deterioração das expectativas dos agentes econômicos. Os resultados apresentados pelo IBGE, para o acumulado do ano até o terceiro trimestre, apontaram recuo de 3,2% do PIB em relação a igual período de 2014. Nessa base de comparação, apenas a agropecuária apresentou desempenho favorável, com crescimento de 2,1%. Os setores industrial e de serviços apresentaram queda de 5,6% e 2,1%, respectivamente.

De acordo com o Sistema de Contas Nacionais, sob a ótica da demanda agregada, destaca-se a forte queda de 12,7% da Formação Bruta de Capital Fixo. O Consumo das Famílias (-3,0%) e o Consumo do Governo (-0,4%) também acumularam queda no período. No setor externo, as Importações de Bens e Serviços apresentaram variação negativa de 12,4%, enquanto as Exportações de Bens e Serviços expandiram-se em 4,0%.

Outros indicadores apontam para o cenário recessivo da economia brasileira em 2015 a produção industrial registrou queda de 7,4%, no acumulado até setembro de 2015 e o volume de serviços teve resultado inferior em 2,8% na mesma base de comparação. Comportamento semelhante foi observado no comércio varejista ampliado, com decréscimo de 7,4% no volume de vendas, resultado da queda de 3,3% do varejo, 16,1% nas vendas de veículos e motos, partes e peças, e de 6,4% nas vendas de material de construção. Como consequência, a taxa de desocupação, no terceiro trimestre do ano alcançou o nível de 8,9%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua/IBGE, com fechamento de cerca de 170 mil postos de trabalho.

Ainda sobre o mercado de trabalho nacional, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged apontaram extinção de 657.761 empregos formais no País, no acumulado entre janeiro a setembro. Setorialmente,

a Indústria da Transformação capitanou a queda do emprego formal em âmbito nacional, apresentando saldo negativo de 276.557 no acumulado do ano.

Ao longo do ano, a fraca atividade econômica provocou queda da arrecadação tributária. Devido à falta de apoio no Congresso, o governo não conseguiu aprovar medidas para compensar a queda nas receitas. As dificuldades na aprovação das ações de ajuste fiscal e a deterioração das contas públicas resultaram na perda do *status* de grau de investimento do País pela Standard & Poor's - S&P, levando a uma forte depreciação do real frente ao dólar, assim como a elevação das expectativas futuras de inflação. O Banco Central, por sua vez, tem reiterado a estratégia de manutenção da taxa Selic no patamar de 14,25% por um período suficientemente prolongado, com o objetivo de promover a convergência da inflação para o centro da meta, que é de 4,5%.

A contenção de gastos públicos, a taxa de juros elevada e a desconfiança de consumidores e empresários apontam para o aprofundamento das dificuldades macroeconômicas do País. O setor manufatureiro apresenta estoques em alta e o nível de no setor de serviços atingiu os menores níveis históricos nos últimos meses. Portanto, apresenta-se como pouco provável, no horizonte de curto-prazo, a ocorrência de alterações no ritmo de atividade econômica capazes de induzir a recuperação do crescimento econômico.

As projeções do mercado indicam, para 2016, uma retração um pouco menor do que a observada no ano corrente, com taxa variando, negativamente, em torno de 2,0%. As expectativas apontam para a superação da crise econômica com controle da inflação a partir de 2017, porém com o crescimento econômico modesto. As expectativas de inflação futura permanecem elevadas e a estabilização da dívida pública requer

um horizonte mais largo para se concretizar. Além disso, as incertezas políticas e as restrições financeiras pressionam, negativamente, a confiança dos agentes econômicos. Esses fatores podem atrasar a recuperação do investimento e do crescimento, aumentando os riscos para a consolidação fiscal em médio prazo, necessária para a estabilização da dívida interna.

## A economia baiana

O PIB baiano apresentou retração nesse ano, após crescer a uma taxa de 1,9%, em 2014. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana caiu 2,2% (Tabela 1). O resultado reflete o arrefecimento do crescimento nacional e o ambiente de incertezas dos mercados internacionais. O cenário macroeconômico de inflação alta, restrição de crédito e aumento do desemprego afetou o consumo das famílias, consequentemente reduzindo as expectativas de crescimento do setor de serviços. A demanda

**TABELA 1 | PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO**

Bahia, 2015

ATIVIDADES	VARIAÇÃO JANEIRO A SETEMBRO DE 2015/JANEIRO A SETEMBRO DE 2014 (%)
Agropecuária	7,0
Indústria	-3,0
Ind. Transformação	-8,8
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	4,2
Extrativa mineral	3,8
Construção Civil	-7,3
Serviços	-1,2
Comércio	-6,4
Transportes	-2,2
Aluguel	3,3
Administração pública (APU)	0,7
Valor Adicionado básico	-1,9
Imposto sobre o produto	-4,4
PIB	-2,2

Fonte: SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão.

contida e as taxas de juros elevadas também inibiram a produção industrial, especialmente a indústria da transformação e a construção civil. O setor agropecuário, por sua vez, apresentou desempenho favorável, estimulado, principalmente, pela produção de grãos. Além da maior produção de lavouras como a da soja, ao longo do ano, os produtores de *commodities* obtiveram ganhos adicionais devido à desvalorização do real.

O crescimento do valor adicionado pela agropecuária foi de 7,0% no acumulado até o terceiro trimestre do ano, resultado superior ao nacional, que foi de 2,1%. O resultado não foi tão expressivo quanto em 2014, em razão da base de comparação elevada. A produção de lavouras como algodão e milho não cresceram tão fortemente quanto no anterior, sendo, inclusive, negativa no caso da segunda.

Cumpre observar que, após períodos de longa estiagem e problemas com a incidência de pragas em lavouras importantes nos anos anteriores, a agricultura baiana apresentou bons resultados no período mais recente, assumindo papel de destaque do ponto de vista regional e nacional. De acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, divulgada pelo IBGE, a participação da produção agrícola do estado, no valor da produção nacional, passou de 5,3%, em 2013, para 6,4%, em 2014, sendo a sétima maior do Brasil e a primeira do Nordeste. O principal destaque foi o município de São Desidé-

rio, localizado na região oeste do estado, primeiro colocado no ranking nacional com o valor anual da produção agrícola de cerca de R\$ 2,3 bilhões. O município tornou-se o maior produtor de algodão do País, com participação de 10,9%, volume produzido em todo o País, além de se destacar na produção de soja, milho e feijão.

Outros municípios baianos aparecem no ranking do IBGE entre os principais produtores nacionais, como Formosa do Rio Preto (soja), Correntina (algodão), Juazeiro (cana-de-açúcar), Barreiras (soja) e Luís Eduardo Magalhães (soja). Naquele ano, a soja foi o principal produto em valor da produção, alcançando cerca de R\$ 3,1 bilhões, seguida pelas lavouras de milho (R\$ 1,1 bilhão) e de algodão (R\$ 1,0 bilhão). Porém não só as grandes *commodities* do agronegócio se destacaram, já que a produção frutícola também apresentou um bom desempenho, especialmente banana, uva e laranja. A Bahia foi a maior produtora de banana, com cerca de 1,1 milhão de toneladas, 15,7% da produção nacional, sendo o município de Bom Jesus da Lapa o maior produtor do estado e segundo maior do Brasil. A produção de uva apresentou forte crescimento em área colhida e rendimento médio, sobretudo nos municípios de Juazeiro e Casa Nova. A produção de laranja cresceu 3,2%, contando com boa distribuição de chuvas, sendo a Bahia o segundo maior produtor nacional. O município de Rio Real se destaca como principal produtor do estado, com 19.000 hectares plantados.

Os números da agricultura baiana também foram favoráveis em 2015, com destaque, principalmente, para o segmento de grãos, que contou com maior controle de pragas e boas condições climáticas. Notadamente, a lavoura da soja foi a que mais cresceu no período. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estima um volume total de 9,1 milhões de toneladas de grãos, representando um crescimento de 14,7% da safra baiana de grãos, em 2015, na comparação com a safra anterior. A área plantada alcançou cerca de 3,5 milhões de hectares, um incremento de 4,3% em relação a 2014, e a área colhida apresentou expansão de 11,0%, atingindo uma extensão próxima a 3,4 milhões de hectares. Por sua vez, o rendimento médio da lavoura de grãos ficou em 2,7 toneladas por hectares (Tabela 2).

Apesar disso, culturas tradicionais, como mandioca, cana-de-açúcar e cacau, não tiveram um desempenho favorável muito motivado pelos baixos preços, que desestimulam os produtores. A safra de soja, por outro lado, foi recorde, tendo alcançado uma produção de 4,5 milhões de toneladas, cerca de 40,6% superior à safra anterior. Os produtores ainda foram favorecidos pela valorização do dólar, ao longo do ano, que compensou a queda dos preços da *commodity* no mercado internacional. A região oeste do estado concentra a produção, onde se destacam os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto.

PRODUTOS/SAFRAS	ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO FÍSICA, ÁREAS PLANTADAS E COLHIDAS E RENDIMENTOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS									Bahia, 2014 /2015		
	PRODUÇÃO FÍSICA (mil t)			ÁREA PLANTADA (mil ha)			ÁREA COLHIDA (mil ha)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)
Mandioca	2.131	2.096	-1,6	343	291	-15,2	194	181	-6,8	11.001	11.614	5,6
Cana-de-açúcar	6.705	6.129	-8,6	129	121	-6,3	119	111	-6,2	56.515	55.047	-2,6
Cacau	161	141	-12,4	564	499	-11,5	547	478	-12,7	294	295	0,4
Grãos	7.972	9.144	14,7	3.318	3.462	4,3	3.046	3.382	11,0	2.617	2.704	3,3
Algodão	1.164	1.197	2,8	342	332	-3,0	341	332	-2,8	3.413	3.608	5,7
Café	202	223	10,8	171	176	2,9	161	167	4,0	1.253	1.335	6,6
Feijão	356	322	-9,7	582	528	-9,4	498	504	1,0	715	639	-10,6
Milho	2.921	2.724	-6,7	826	849	2,8	657	802	22,1	4.448	3.398	-23,6
Soja	3.206	4.507	40,6	1.276	1.438	12,7	1.276	1.438	12,7	2.512	3.134	24,8
Sorgo	123	171	39,5	121	140	15,9	113	140	24,3	1.089	1.221	12,2
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.353</b>	<b>4.372</b>	<b>0,4</b>	<b>3.906</b>	<b>4.152</b>	<b>6,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte – IBGE – LSPA

Elaboração – CAC – SEI.

(1) PAM/IBGE safra 2014

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2015

(3) Rendimento = produção física/área colhida

O algodão, cuja colheita foi concluída com atraso, apresentou projeção de 2,8% de crescimento. A cultura enfrentou incidência de pragas e atrasos no plantio devido ao veranico em janeiro. A produção de café deve superar em 10,8% a produção de 2014, totalizando 223,5 mil toneladas, numa área plantada de 176,2 mil hectares. As lavouras de milho e feijão sofreram queda de 6,7% e de 9,7%, respectivamente, na produção,

em 2015. No caso do milho, os baixos preços desestimularam o plantio por parte dos produtores mas, ainda assim, totalizou cerca de 2,7 milhões de toneladas. A ocorrência de veranicos, em safras passadas, desestimulou produtores de feijão segunda safra a aumentarem a área plantada, assim como provocou a substituição do consórcio milho-feijão pela monocultura do milho, com isso a produção caiu cerca de 28,8%.

O valor adicionado pela indústria caiu 3,0% no acumulado até o terceiro trimestre do ano. O pior resultado concentrou-se na Indústria de Transformação, que recuou 8,8% em termos de valor adicionado. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE de 2015 apontaram que, no acumulado de janeiro a setembro, a produção desse setor contraiu-se 6,2% (Tabela 3). O resultado pode ser parcialmente explicado pela base de

CLASSES E GÊNEROS	JAN-SET. 2015	
	Indústria geral	Indústrias extrativas
Indústria geral	-6,1	
Indústrias extractivas	-4,8	
Indústrias de transformação	-6,2	
Produtos alimentícios	-3,8	
Bebidas	-6,5	
Couros, artigos para viagem e calçados	2,1	
Celulose, papel e produtos de papel	3,8	
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-14,6	
Outros produtos químicos	-4,2	
Produtos de borracha e de material plástico	0,3	
Produtos de minerais não metálicos	-10,0	
Metalurgia	-16,2	
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-54,6	
Veículos automotores, reboques e carrocerias	22,1	

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC/SEI

comparação elevada, dado que a recuperação da produção esboçada, em 2013 e 2014, foi induzida por uma série de incentivos do governo, tais como a prorrogação do IPI reduzido para a compra de automóveis e eletrodomésticos e os estímulos do programa Minha Casa Melhor. Porém quase todos os setores relevantes da indústria baiana registraram queda em 2015, reproduzindo o padrão nacional.

O fraco desempenho da Indústria de Transformação decorreu da contração na produção de Derivados do petróleo e biocombustíveis (14,6%), pressionada, especialmente, pela menor produção de óleos combustíveis, óleo diesel, gasolina automotiva e naftas para petroquímica. A queda no segmento da Metalurgia (-16,2%) é explicada pela menor produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e ligas de cobre, lingotes, blocos e placas de aço ao carbono, vergalhões de aço ao carbono e fio-máquina de aços ao carbono. O segmento de Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos tiveram queda de 54,6% em razão da queda na produção de computadores pessoais de mesa (PC *desktops*) e gravador ou reproduutor de sinais de áudio e vídeo (DVD, *home theater* e semelhantes). O resultado de Produtos químicos (-4,2%) ficou pressionado pela menor produção de polietileno de alta densidade (PEAD), policloreto de vinila (PVC), amoníaco e princípios herbicidas, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Em sentido oposto, os ramos de Veículos (22,1%), impulsionado, pela maior fabricação de veículos automotores, de Celulose, papel e produtos de papel (3,8%) e Couros, artigos para viagem e calçados (2,1%) exerceram as contribuições positivas mais importantes sobre o total da indústria baiana.

O resultado do aumento na produção de veículos é fruto, principalmente, da baixa base de comparação com o ano anterior, quando o segmento de veículos retraiu-se 30,5%. Além do efeito -base e da desaceleração da demanda nacional, a crise na economia argentina (país de destino de 76% das exportações baianas de veículos) também trouxe dificuldades para alguns segmentos industriais do estado, como o automotivo. Segundo informações da Fenabrade, entre janeiro e setembro de 2015, foram vendidas 7.693 de unidades, na Bahia, frente a 13.010 no mesmo período de 2014, representando um recuo de 22,9% no período.

O valor adicionado pela Indústria Extrativa aumentou 3,8% no acumulado até o terceiro trimestre do ano e o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública também contribuiu, positivamente, para o PIB, pois o valor adicionado pelo setor cresceu 4,2% no acumulado até o terceiro trimestre do ano. O consumo de energia elétrica no estado aumentou 2,8% no acumulado de janeiro a setembro de 2015, com base nos dados da Coelba e da Chesf. Enquanto a geração de energia aumentou 1,4%, com destaque para a geração

de energia eólica que expandiu 277,4% no acumulado de janeiro a setembro de 2015, de acordo. Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

O menor nível de atividade também foi observado na Construção Civil, setor que vinha apresentando crescimento satisfatório nos últimos anos, apesar da estagnação da Indústria. No acumulado até o terceiro trimestre, o valor adicionado pela Construção Civil caiu 7,3% no estado e 8,4% em nível nacional. Nos últimos anos, o segmento vinha sendo beneficiado pela conjuntura favorável de expansão da renda e do crédito, aliada a políticas públicas de acesso a moradias, como o programa Minha Casa Minha Vida e obras de infraestrutura necessárias, financiadas com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional. Entretanto, com a retração da economia brasileira e a escassez de crédito, o setor entrou em ritmo de estagnação.

O setor de Serviços registrou recuo de 1,2% no valor adicionado na Bahia, no acumulado até setembro, desempenho modesto se comparado ao crescimento alcançado nos anos anteriores. Considerando-se os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, houve queda de 3,5% no volume de serviços no acumulado até setembro. Comportamento semelhante é observado no Comércio, cujo volume de negócios no varejo registrou, no mesmo período, queda de 6,6%, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (Tabela 4).

TABELA 4

VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA (janeiro – setembro)

Bahia, 2015

ATIVIDADE	JAN.-SET./2015 <sup>(1)</sup>
Comércio Varejista	-6,6
1 – Combustíveis e lubrificantes	-8,9
2 – Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,8
2.1 – Hipermercados e supermercados	-1,7
3 – Tecidos, vestuário e calçados	-12,7
4 – Móveis e eletrodomésticos	-14,2
4.1 – Móveis	-13,8
4.2 – Eletrodomésticos	-14,4
5 – Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-1,8
6 – Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-22,6
7 – Livros, jornais, revistas e papelaria	-13,8
8 – Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,3
Comércio Varejista Ampliado <sup>(2)</sup>	-7,7
9 – Veículos, motos, partes e peças	-11,4
10 – Material de construção	-3,9

Fonte: IBGE/PMC

Elaboração: CAC/SEI

Notas: 1. Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

2. O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

A análise por atividade indica que o setor mais comprometido no âmbito do comércio varejista restrito foi o de Móveis e eletrodomésticos. No ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, identifica-se que a mais comprometida foi a atividade referente à comercialização de veículos.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, também sentiu os efeitos da retração econômica. As taxas apresentadas foram negativas, consecutivamente, desde maio de 2015. Entretanto, a despeito do comportamento negativo nas vendas do ramo, a reação do consumidor diante da elevação de preços é pouco intensa, revelando que, diante da crise, os consumidores estão mais cautelosos no momento de consumir.

Já o segmento de Móveis e eletrodomésticos registrou quedas sistemáticas nas vendas, desde dezembro de 2014. Em setembro de 2015, a variação apresentada foi negativa em 22,9% em relação a igual mês do ano anterior, sendo o maior impulsionador da queda registrada nesse mês para o setor. No acumulado do ano, a taxa negativa alcançou o percentual de 14,2% para o volume de vendas.

O comportamento do segmento de Móveis e eletrodomésticos, bem como o de Veículos, motos, partes e peças, encontra justificativa no fato de serem mais sensíveis ao nível de confiança, já que exigem um planejamento mais estruturado. Assim, diante das incertezas, os consumidores preferem adiar a compra dos produtos comercializados por esses ramos, concentrando atenção nos produtos indispensáveis.

A Construção Civil e o setor de Serviços são grandes emprega-

dores de mão de obra, e a sua desaceleração, em conjunto com as quedas da indústria, já se reflete nos dados de emprego. A geração de vagas formais e o crescimento dos rendimentos mostram desaceleração, e após um longo período de redução e estabilidade a taxa de desemprego voltou a se elevar na Bahia, alcançando 12,8% da população economicamente ativa (PEA) no trimestre jul./set. de 2015, 3,1 pontos percentuais acima da taxa do trimestre jul./set. de 2014, sob o ângulo dos dados da PNAD contínua.

O mercado de trabalho formal, de acordo com os dados do Caged (Tabela 5), no acumulado dos dez primeiros meses do ano, apresentou um saldo de emprego da ordem de -50.247 postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Enfatiza-se que a participação do interior do estado e da RMS foram negativas. O interior

TABELA 5

SALDO DE EMPREGO CELETISTA, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Bahia, 2015

ATIVIDADE	JAN.-SET./2015 <sup>(1)</sup>
IBGE Setor	2015 <sup>1</sup>
1 - Extrativa mineral	-151
2 - Indústria de transformação	-2.529
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	-935
4 - Construção Civil	-29.594
5 - Comércio	-10.521
6 - Serviços	-13.468
7 - Administração Pública	2.020
8 - Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	4.931
<b>Total</b>	<b>-50.247</b>

Fonte: MTE-CAGED.

Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES,2015.

Notas: Dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

<sup>1</sup>Dados até outubro de 2015.Dados com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo até o mês de setembro.

encerrou 9.370 postos, enquanto a RMS perdeu 40.877 posições de trabalho com carteira assinada. Seis setores contabilizaram saldos negativos: Construção Civil (-29.594 postos), Serviços (-13.468 postos), Comércio (-10.521 postos), Indústria de Transformação (-2.529 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (-935 postos) e Extrativa Mineral (-151 postos). Dois setores apresentaram saldos acumulados positivos: Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (4.931 postos) e Administração Pública (2.020 postos).

Sob o ângulo dos Territórios de Identidade, os cinco maiores saldos das movimentações no mercado de trabalho baiano foram observados no Sertão do São Francisco (7.441 postos de trabalho), Sisal (839 postos), Bacia do Rio Corrente (457 empregos com carteira assinada), Chapada Diamantina (305 postos) e Piemonte da Diamantina (288 empregos celetistas). Em contrapartida, Metropolitano de Salvador (-40.873 postos), Portal do Serrão (-5.629 postos) e Recôncavo

(-4.128) foram os principais Territórios de Identidade a registrar dispensa líquida de trabalhadores com carteira assinada.

O desempenho moderado da agricultura e a queda da indústria também se refletiram nas exportações estaduais. Passando por um ciclo de desvalorização, que se acentuou desde a segunda metade do ano de 2014, as exportações baianas recuaram 15,7% até outubro, atingindo US\$ 6,68 bilhões contra US\$ 7,93 bilhões no mesmo período de 2014 (Tabela 6).

Ainda que as exportações tenham obtido algum fôlego, a partir de junho, com a forte depreciação da taxa de câmbio em mais de 40%, a redução nos preços dos produtos exportados, que alcançou em média 21,3%, comparados aos preços praticados no mesmo período do ano anterior, continuou pressionando para baixo os valores dos embarques.

Assim é que, mesmo exportando um volume 7,1% maior que em 2014, as receitas de exporta-

ção foram forçadas a se ajustar à fraca demanda externa, aos preços mais baixos das *commodities* e ao reequilíbrio chinês.

Além da menor cotação das *commodities*, pesou no ano a redução nos embarques de derivados de petróleo em 23% – devido à parada para manutenção de importante unidade produtiva na RLAM no início do ano – e dos produtos químicos/petroquímicos, principalmente para os EUA, por conta do avanço da competição chinesa.

Para agravar o quadro, o comércio global permaneceu fraco e alguns dos principais parceiros do estado reduziram as compras de produtos baianos. É o caso dos EUA, que diminuíram as compras em 28% ante os dez primeiros meses do ano passado, da União Europeia em 22% e do Mercosul com queda de 17%.

A intensidade com que a China pisa no freio em sua economia continua sendo o motor das expectativas do mercado para o comércio global, que só deverá

TABELA 6   EXPORTAÇÕES BAIANAS, PRINCIPAIS SEGMENTOS (janeiro – outubro)				Bahia, 2014-2015
SEGMENTOS	VALORES (US\$ 1000 FOB)		VAR. %	PART. %
	2014	2015		
Soja e Derivados	1.235.219	1.222.532	-1,03	18,29
Papel e Celulose	1.369.186	1.185.150	-13,44	17,73
Químicos e Petroquímicos	1.447.287	1.070.072	-26,06	16,01
Metalúrgicos	486.724	725.373	49,03	10,85
Petróleo e Derivados	1.251.160	475.407	-62	7,11
Automotivo	379.280	352.033	-7,18	5,27
Algodão e Seus Subprodutos	313.822	253.388	-19,26	3,79
Metais Preciosos	251.646	225.163	-10,52	3,37
Cacau e Derivados	164.628	203.134	23,39	3,04
Borracha e Suas Obras	206.511	168.448	-18,43	2,52
Minerais	82.299	139.095	69,01	2,08
Frutas e Suas Preparações	107.921	114.873	6,44	1,72
Couros e Peles	125.364	105.297	-16,01	1,58
Demais Segmentos	511.814	444.670	-13,12	6,65
<b>Total</b>	<b>7.932.861</b>	<b>6.684.635</b>	<b>-15,73</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/11/2015

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

crescer 2% este ano, um nível que foi visto apenas cinco vezes nas últimas cinco décadas. Com esse cenário ruim, é provável que as exportações baianas fechem o ano com queda entre 10% e 12% ou o equivalente a US\$ 8,2 bilhões.

Sem a pressão das compras em grandes volumes de GNL (Gás Natural Liquefeito), utilizado na geração de energia em larga escala pelas usinas térmicas, principalmente no primeiro semestre de 2015, por conta da crise hídrica, as importações registraram até outubro uma queda de 5,7% comparadas ao mesmo período de 2014.

Com exceção dos combustíveis, as compras externas recuaram em todas as categorias, refletindo a retração da atividade doméstica, sobretudo da indústria, que na Bahia já recuou 6,1% e a alta do dólar. A queda se acentuou desde agosto, acompanhando a deterioração maior

nas expectativas em relação à recuperação da economia e à escalada do dólar.

As importações também foram afetadas pela queda de preços das *commodities* no mercado internacional, já que mesmo com valor menor houve incremento no total do *quantum* importado pelo estado em 33,4% no período. O petróleo, por exemplo, teve seu volume de compras aumentado em 81,7% no período, mas os dispêndios elevaram-se em apenas 8,1%, na esteira do derretimento das cotações do barril, as maiores desde 2009.

Outras categorias de importados, diretamente relacionadas ao desempenho da economia, também despencaram. A queda em relação aos dez primeiros meses do ano passado abrange bens de consumo (33%), bens de capital (13%) e matérias-primas e intermediários usados pela indústria (2%).

Com os resultados apurados até o mês de outubro, a Bahia ainda acumula um déficit de US\$ 405 milhões em sua balança comercial, como resultado dos saldos negativos acumulados em seis dos dez meses de 2015.

Em síntese, em 2015 as variáveis exógenas, que fogem da alcada dos governos regionais, foram determinantes para os resultados econômicos registrados no Estado da Bahia. Os reflexos da orientação macroeconômica do governo federal reduziram a dinâmica do setor industrial, traduzida na desaceleração dos níveis de atividade verificada no País e, consequentemente, na Bahia.

A análise da conjuntura macroeconômica atual e as perspectivas futuras para a economia mundial, brasileira e baiana, a partir de estudos elaborados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, evidencia que o atual cenário nacional de crise econômica, com

queda na produção, nas vendas, na oferta de empregos e na inflação alta, deve ser superado somente a partir de 2017, com uma retomada modesta do crescimento. Para 2016, a contribuição da agropecuária para o crescimento não deve ser tão expressiva quanto o ocorrido em 2015, uma vez que parte de uma base de comparação mais elevada. No entanto, o desempenho do setor dependerá das condições climáticas e da percepção dos produtores quanto aos ganhos, num cenário de muitas incertezas.

Na indústria, a perspectiva de fraça atividade ainda persiste, tendo como pano de fundo a retração da demanda interna, juros maiores, deterioração das condições do mercado de trabalho e restrições no mercado externo. Esse cenário sinaliza para o desempenho no campo negativo, a despeito da baixa base de comparação. Destaca-se que mesmo uma taxa de câmbio mais desvalorizada não deverá ser suficiente para reverter esse cenário, haja vista que a situação dos principais parceiros comerciais da Bahia inspira algumas preocupações. O principal fator a compensar esse cenário está na atração de investimentos, que poderá influenciar o desempenho de setores importantes para a indústria baiana. Nesse contexto, a taxa de crescimento da economia baiana tende a se aproximar da nacional em 2016.

## Indicadores sociais

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2014, cuja cobertura

abrange todo o Território Nacional, esta seção reúne algumas das principais características sobre a realidade social baiana. Os indicadores selecionados levam em conta aspectos demográficos, educação, ocupação, renda e condições de vida. Esse conjunto de informações contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade baiana.

Os principais destaques observados para o Estado da Bahia entre os anos de 2013 e 2014 foram: crescimento da população da Região Metropolitana de Salvador superior que o da Bahia; aumento da população idosa e redução da população jovem; redução da taxa de analfabetismo; ensino universalizado de jovens de 6 a 14 anos, tanto na zona rural como na zona urbana; pequeno aumento da taxa de desocupação; crescimento do rendimento médio real para os 10% de menor rendimento mensal e para os 10% com maiores rendimentos; redução na desigualdade de renda; maior número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – PBF entre os estados brasileiros; queda da população em condição de extrema pobreza, principalmente na zona rural; aumento no acesso à água canalizada na zona rural; cobertura de 99% dos domicílios baianos com energia elétrica e crescimento na posse de bens duráveis.

## População e educação

A população baiana era de 15,14 milhões de pessoas na data de referência da PNAD 2014 (27/09/2014). Em relação a 2013, percebe-se um pequeno aumento de 0,54%, inferior ao observado no Nordeste e no Brasil, que entre 2013 e 2014 apresentaram, respectivamente, aumento em suas populações nas proporções de 0,7% e 0,9%. Vale ressaltar que o crescimento da população da Região Metropolitana de Salvador – RMS foi maior que o da Bahia e nas mesmas proporções do Brasil, saindo de 3,89 para 3,93 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 0,9% de 2013 para 2014.

Verifica-se também um aumento da população idosa e redução da proporção dos jovens, entre 2013 e 2014, seguindo a tendência de envelhecimento da população baiana. Em 2014, na Bahia, a população de jovens (0 a 14 anos) correspondia a 23,1% da população do estado e a população de idosos (60 anos ou mais) representava 13,0%, enquanto, em 2004, esses grupos etários representavam 29,2% e 9,3% respectivamente. Em dez anos houve um aumento de quase 40% da população de idosos na Bahia e uma redução de 21,1% na população de jovens baianos.

A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais foi da ordem de 14,7%, sendo que a taxa de analfabetismo da área urbana estava em 10,2% e a da área rural em 28,9% (Tabela 7). A taxa de analfabetismo, nos últimos dez anos, apresentou redução de 5,6 pon-

tos percentuais. A taxa de analfabetismo da Região Nordeste também revelou declínio no período: enquanto em 2004 estava em 22,4%, no ano de 2014 atingiu a marca de 16,6% – diminuição de 5,8 pontos percentuais.

Em 2001, na Bahia, 94,2% dos jovens com idade entre 6 e 14 anos frequentavam a escola, conforme mostra o Gráfico 1. Observa-se que, neste ano, o meio rural e o meio urbano apresentavam uma diferença de 2,7 pontos percentuais. Contudo, a partir de 2004, ano em que se intensificam as políticas sociais e de distribuição de renda no País e, em especial, na Região Nordeste, há uma elevação do acesso

dos jovens dessa faixa etária à escola, o que passou a promover uma diminuição da diferença percentual entre o meio urbano e o rural nos anos seguintes. Em 2014, o ensino encontra-se universalizado sem diferenças significativas no acesso dos jovens de 6 a 14 anos à escola entre as zonas rural e urbana.

### Ocupação e renda

A taxa de desocupação, na semana de referência das pessoas de 15 anos ou mais de idade, cresceu de 8,5% para 8,8%, entre 2013 e 2014, na Bahia. A taxa de desocupação é mais elevada (13%) entre os trabalhadores com oito a dez anos de estudos.

Segundo os grupos de idade, em 2014 a população mais jovem tinha as maiores taxas. O grupo etário, compreendido entre 15 e 17 anos de idade, contabilizou 28,9% e o entre 18 a 24 anos totalizou 20,8%. A taxa de desocupação mostra a existência de disparidade de gênero. Para os homens, em 2014, a taxa era de 6,2%, enquanto para as mulheres o índice foi de 12%.

A população de 15 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, totalizou cerca de 7 milhões de pessoas em 2014 – aumento de, aproximadamente, 300 mil indivíduos. Entre os ocupados, cerca de 200 mil possuíam mais de um trabalho.

TABELA 7

TAXA DE ANALFABETISMO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (Nordeste e Bahia)

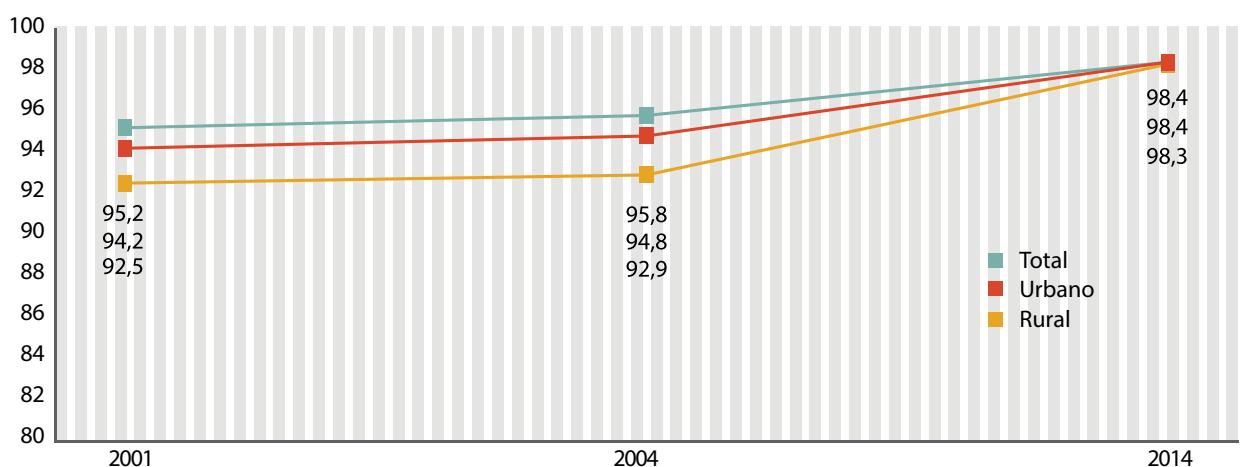
Bahia, 2004, 2013-2014

ÁREA GEOGRÁFICA	2004	2013	2014
<b>Nordeste</b>	22,4	16,9	16,6
Urbana	16,8	12,6	12,4
Rural	37,7	29,6	29
<b>Bahia</b>	20,3	14,9	14,7
Urbana	14,2	10,4	10,2
Rural	34,2	28,3	28,9

Fonte: IBGE - PNAD Cálculos da SEI

Gráfico 1 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA DAS PESSOAS DE 6 A 14 ANOS SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Bahia, 2001-2014

Fonte: IBGE - PNAD. Cálculos da SEI.  
Nota: 2010 por ter sido ano de Senso, não é computado

Quanto à inserção no mercado de trabalho, o total de empregados superou as demais posições na ocupação no trabalho principal, contabilizando 3.769 mil pessoas. A segunda posição com o maior número de indivíduos foi a dos que trabalham por conta própria (1.859 mil pessoas), um crescimento de 3% em relação ao ano de 2013 (1.805 mil pessoas). Cerca de 259 mil pessoas ocuparam posições não remuneradas. Para cerca de 35% (2.454 mil pessoas) não houve rotatividade no trabalho, pois o tempo de permanência no trabalho principal é, geralmente, de dez anos ou mais. A jornada de trabalho é majoritariamente de 40 a 44 horas por semana no trabalho principal.

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais ocupadas com rendimento, em 2014, conforme Tabela 8, foi estimado em R\$ 1.263, valor 1,9% inferior ao de 2013 (R\$ 1.288), queda, no entanto, menor que a verificada para a Região Nordeste (-2,6%; de R\$ 1.210, em 2013, para R\$ 1.178 em 2014). Além de apresentar valor superior à média da

região, a Bahia foi o estado nordestino com maior rendimento médio mensal em 2014 (Tabela 8).

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos registrou aumento real, tanto para o grupo dos 10% de menor rendimento mensal de todos os trabalhos (1º decil) quanto para o grupo dos 10% com maiores rendimentos (10º decil). Contudo, a variação percentual do rendimento médio do 1º decil foi inferior à do rendimento médio do 10º decil (Tabela 9).

A média de rendimento para as pessoas pertencentes ao grupo do 1º decil foi de 2,8% entre 2013 e 2014, ficando em R\$ 220. A média de rendimento para o grupo do 10º decil também se elevou, aumentando 6,3% no período e alcançando R\$ 2.500. Assim, de um ano para o outro, as pessoas com menores rendimentos passaram a receber, proporcionalmente, menos em comparação com aquelas de maiores rendimentos – enquanto em 2013 os indivíduos com menores rendimentos receberam 9,1% do valor obtido por aqueles com

maiores rendimentos. Em 2014 essa relação foi de 8,8%.

Observa-se que, apesar do avanço real mais significativo ter ocorrido no decil de renda mais alta, houve redução da desigualdade no período, conforme pode ser inferido pelo Gráfico 2. O extrato populacional dos 40% mais pobres registrou aumento na apropriação da renda total entre 2012 e 2014, saindo de 10,5% para 11,4% no período. Esse dado se reflete na desigualdade da distribuição de renda total da Bahia, que diminuiu no período, conforme identificado pelo índice de Gini.

Entre 2013 e 2014, o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, variando de zero (perfeita igualdade) a um (a desigualdade máxima), permaneceu numa trajetória decrescente, passando de 0,558 em 2013 para 0,518 em 2014 (Tabela 10). O referido índice para o Nordeste, região mais desigual do Brasil, ao recuar de 0,524 para 0,501 no período observado, também apontou redução da desigualdade na distribuição da renda.

TABELA 8

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (R\$)<sup>1</sup> E VARIAÇÃO PERCENTUAL (Nordeste e Bahia)

Bahia, 2013-2014

LOCALIDADE	2013	2014	VARIAÇÃO (%) 2013-2014
Nordeste	1.210	1.178	-2,6
Bahia	1.288	1.263	-1,9

Fonte: IBGE-PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: <sup>1</sup> Os valores monetários do ano de 2013 estão expressos em R\$ de 2014.

TABELA 9

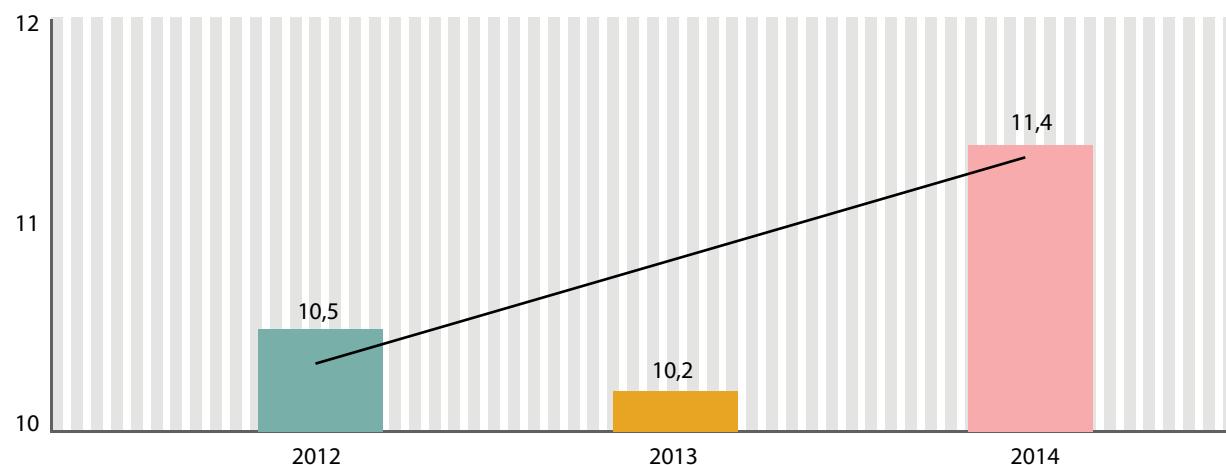
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (R\$)<sup>1</sup> E VARIAÇÃO PERCENTUAL (Nordeste e Bahia)

Bahia, 2013-2014

Decil	2013	2014	Variação (%) 2013-2014
1º	214	220	2,8
10º	2.351	2.500	6,3

Fonte: IBGE-PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: <sup>1</sup> Os valores monetários do ano de 2013 estão expressos em R\$ de 2014.

**Gráfico 2 PERCENTUAL DA RENDA TOTAL APROPRIADA PELOS 40% MAIS POBRES DA POPULAÇÃO** Bahia, 2012-2014


Fonte: IBGE - PNAD. Cálculos da SEI.

A Bahia, assim, apesar do posto de terceiro estado mais desigual da região nordestina em 2014, reduziu a desigualdade em intensidade superior à média da região de um ano ao outro, redução de 7,2% contra um recuo de 4,4%, respectivamente.

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, a Bahia é o estado brasileiro com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – cerca de 13,0% da totalidade em 2015. De 2010 a 2015, houve um aumento de 117.898 no total de famílias beneficiárias do PBF na Bahia, que passou de 1.662.069 para 1.779.967 famílias – um acréscimo equivalente

a 7,1% no período (Tabela 11). Enquanto isso, Nordeste e Brasil apresentaram crescimento de 6,5% e 7,9% no número de famílias com benefícios do PBF, respectivamente.

Do valor total repassado através do PBF às famílias beneficiárias em todo o Brasil (R\$ 25,4 bilhões) em setembro de 2015, aproximadamente R\$ 3,3 bilhões desses recursos foram direcionados à Bahia – um quarto do total destinado à região Nordeste (R\$ 13,2 bilhões). No intervalo de 2010 a 2015, o repasse de recursos do PBF para a Bahia apresentou aumento real de 23,9%.

No curto intervalo de dois anos, de 2012 a 2014, 409.167 pessoas se afastaram da situação de

extrema pobreza. Houve uma redução de 35,6% no número de extremamente pobres: em 2012 havia 1,15 milhão de pessoas que se encontravam em condição de extrema pobreza, já, em 2014, eram 739 mil nessa condição. Com relação à população total, a proporção de indivíduos extremamente pobres, no estado, passou de 7,7%, em 2012, para 4,9% em 2014 (Gráfico 3).

A diminuição da extrema pobreza ocorreu de forma mais relevante na zona rural do que na urbana, com reduções de 41,9% e 28,3%, respectivamente, de 2012 a 2014. Assim, na zona urbana, o percentual de extremamente pobres no total da população dessa região passou de 4,8%, em 2012, para

TABELA 10

ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL (Nordeste e Bahia)

Bahia, 2004, 2013-2014

LOCALIDADE	2013	2014	VARIAÇÃO (%) 2013-2014
Nordeste	0,524	0,501	-4,4
Bahia	0,558	0,518	-7,2

Fonte: IBGE-PNAD. Cálculos da SEI.

TABELA 11		NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR TOTAL REPASSADO (R\$) <sup>1</sup> PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (Brasil, Nordeste e Bahia)				Bahia, 2010-2015	
ANO	BRASIL		NORDESTE		BAHIA		
	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	REPASSE (R\$ MILHÕES)	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	REPASSE (R\$ MILHÕES)	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	REPASSE (R\$ MILHÕES)	
2010	12.778.220	19.770,7	6.454.764	10.430,2	1.662.069	2.667,2	
2011	13.352.306	22.491,6	6.825.997	11.650,3	1.752.993	2.930,3	
2012	13.902.155	25.869,4	7.049.046	13.281,5	1.808.346	3.356,9	
2013	14.086.199	28.824,9	7.033.597	14.997,9	1.800.055	3.772,6	
2014	14.003.441	29.609,8	7.099.673	15.378,9	1.808.376	3.835,2	
2015 <sup>2</sup>	13.782.217	25.379,5	6.871.632	13.177,8	1.779.967	3.304,3	

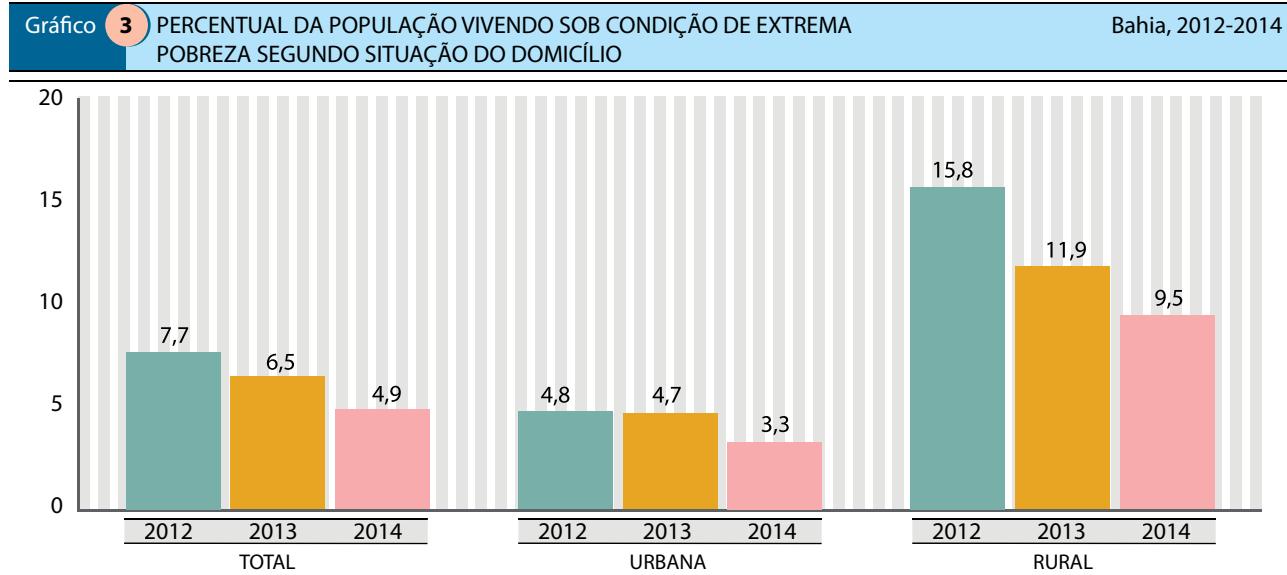
Fonte: Matriz de Informações Sociais/Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES 2015

Informações atualizadas até setembro de 2015.

<sup>1</sup> Os valores monetários estão expressos em R\$ de setembro de 2015 com base no INPC.

<sup>2</sup> Dados até Setembro de 2015



Fonte: IBGE - PNAD. Cálculos da SEI a partir dos microdados

3,3% em 2014 – representando a saída de 150 mil indivíduos da condição de extrema pobreza. Na zona rural, 259 mil pessoas abandonaram a extrema pobreza no período considerado, de forma que o percentual de extremamente pobres passou de 15,8% para 9,5% da população baiana rural de 2012 a 2014.

### Condição dos domicílios

O percentual de domicílios com rede coletora de esgoto teve um crescimento de 34% nos últimos dez anos, saindo de 39,1%, em 2004, para 52,4% em 2014 (Tabela 12). O percentual de domicílios

lios na Bahia, sem qualquer tipo de esgotamento sanitário, diminuiu entre 2004 e 2014, saindo de 15,2%, em 2004, para 4,0% em 2014. Nesse quesito, merece destaque a zona rural, cujo percentual correspondente saiu de 39,6%, em 2004, para 13,2% em 2014, uma queda de 66,7% no período.

O percentual de domicílios com canalização interna aumentou de aproximadamente 75% para cerca de 91% entre 2004 e 2014. O percentual de domicílios com canalização interna na zona rural da Bahia aumentou de 38,6%, em 2004, para 67,6% em 2014 (Tabela 13).

O percentual de domicílios cujo lixo é coletado diretamente foi ampliado entre 2004 e 2014, saindo de 55,2% para 67,3%. Na zona rural, esse percentual passou de 8,3% para 25,3%, entre 2004 e 2014 (Tabela 14).

No meio urbano, em 2014, o destino principal do lixo era a coleta direta (80,5%). Na zona rural, para o mesmo ano, 71,1% dos domicílios utilizavam outro destino para os seus resíduos sólidos e não as coletas direta e indireta, como forma principal.

No meio rural baiano, em 2004, 68% dos domicílios tinham acesso à energia elétrica e em 2014

TABELA 12	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2004, 2013 e 2014		
-----------	---	--	--	--	--	--	--------------------------	--	--

TIPO DE ESGOTAMENTO	2004			2013			2014		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Rede coletora	39,1	55,5	1,1	50,1	65,4	2,7	52,4	67,5	4,0
Fossa séptica	10,2	11,3	7,9	12,6	11,9	14,7	13,6	12,1	18,1
Outro <sup>1</sup>	35,5	28,6	51,4	32,4	21,3	66,6	30,1	19,3	64,6
Não Tinha	15,2	4,6	39,6	4,9	1,4	16,0	4,0	1,1	13,2

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: <sup>1</sup> A categoria Outros inclui: Fossa Rudimentar, Vala, Direto para o rio, lago ou mar e Outra forma.

TABELA 13	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2004, 2013 e 2014		
FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2004			2013			2014		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Com canalização Interna	75,1	91,0	38,6	90,2	97,3	68,3	91,0	98,3	67,6
Com rede geral	69,1	89,7	21,9	81,5	94,9	39,9	82,8	95,5	42,1
Sem rede geral	6,0	1,3	16,8	8,7	2,4	28,4	8,2	2,7	25,5
Sem canalização Interna	24,9	9,0	61,4	9,8	2,7	31,7	9,0	1,7	32,4
Com rede geral	5,8	5,1	7,5	1,4	0,9	2,6	1,6	0,7	4,7
Sem rede geral	19,0	3,9	53,8	8,4	1,8	29,1	7,4	1,1	27,7

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

TABELA 14	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR DESTINO DO LIXO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2004, 2013 e 2014		
DESTINO DO LIXO	2004			2013			2014		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Coletado diretamente	55,2	75,5	8,3	69,3	84,9	21,0	67,3	80,5	25,3
Coletado indiretamente	14,5	19,2	3,7	11,1	13,3	4,4	14,7	18,2	3,6
Outro destino <sup>1</sup>	30,4	5,4	88,0	19,5	1,9	74,6	18,0	1,3	71,1

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: <sup>1</sup> A categoria Outros destinos incluem queimados ou enterrados na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar e outros destinos

esse percentual foi ampliado para 96,3%, totalizando um crescimento de 42%. O aumento mostra que os programas de eletrificação rural avançaram no estado. Como um todo, o acesso à energia elétrica dos domicílios baianos passou de 89,8%, em 2004, para 99% em 2014. A existência de energia elétrica para o total de domicílios e para os meios urbano e rural atingem o estágio de quase universalização (Tabela 15).

A posse de geladeira e aparelho de TV, entre 2004 e 2014, registrou um aumento percen-

tual significativo, revelando aumento do acesso aos bens de consumo duráveis em domicílios particulares permanentes. Em 2004, 67,4% dos domicílios da Bahia contavam com geladeira, sendo que em 2014 esse percentual subiu para 93,7%. A posse de TV passou de 71,7% em 2004 para 95,6% em 2014. O meio rural da Bahia também registrou um aumento do percentual de domicílios que possuem esses eletrodomésticos. Enquanto o percentual de domicílios com geladeira na zona rural para o período passou de

37,2%, em 2004, para 84,9% em 2014, o percentual de domicílios no meio rural baiano com TV saiu de 42,1% para 88,8%, entre 2004 e 2014 (Tabela 16).

O percentual de domicílios com máquina de lavar roupa evoluiu. Em 2014, o índice foi de 25,7% ante a 10,5% em 2004. No meio urbano, em 2004, a referida percentagem era de 14,7% e em 2014 o percentual de domicílios com máquina de lavar na zona urbana foi de 32,3%. O avanço ocorreu também na zona rural.

TABELA 15	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS, POR EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO										Bahia, 2004, 2013 e 2014	
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	2004				2013				2014			
	TEM		NÃO TEM		TEM		NÃO TEM		TEM		NÃO TEM	
	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%
Total	3.390.716	89,8	386.626	10,2	4.762.134	98,7	60.816	1,3	4.924.418	99,0	49.129	1,0
Urbana	2.614.117	99,2	20.338	0,8	3.637.920	99,8	9.003	0,2	3.781.886	99,9	4.898	0,1
Rural	776.599	68,0	366.288	32,0	1.124.214	95,6	51.813	4,4	1.142.532	96,3	44.231	3,7

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

TABELA 16	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE ALGUNS BENS DURÁVEIS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO						Bahia, 2004, 2013 e 2014		
BENS DURAVÉIS	2004			2013			2014		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Fogão	94,4	97,0	88,5	97,9	98,5	96,3	98,4	98,8	96,9
Televisão	71,7	84,5	42,1	94,3	96,3	88,1	95,6	97,7	88,8
Geladeira	67,4	80,6	37,2	92,3	95,8	81,4	93,7	96,5	84,9
Máquina de lavar roupa	10,5	14,7	1,0	25,1	31,6	4,8	25,7	32,3	4,7

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

Houve aumento significativo na proporção de domicílios particulares permanentes com microcomputadores (Tabela 17). Em 2014, o índice foi de 30,7% ante a 7,4% em 2004. Dos lares com microcomputador, aqueles com acesso à Internet,

2004, foram de 70,6%. Porém esse número subiu para 85,7% em 2014.

A Bahia ampliou o percentual de domicílios que possuem telefone celular. Em 2004 o índice era de 26,6%. Em 2014 esse

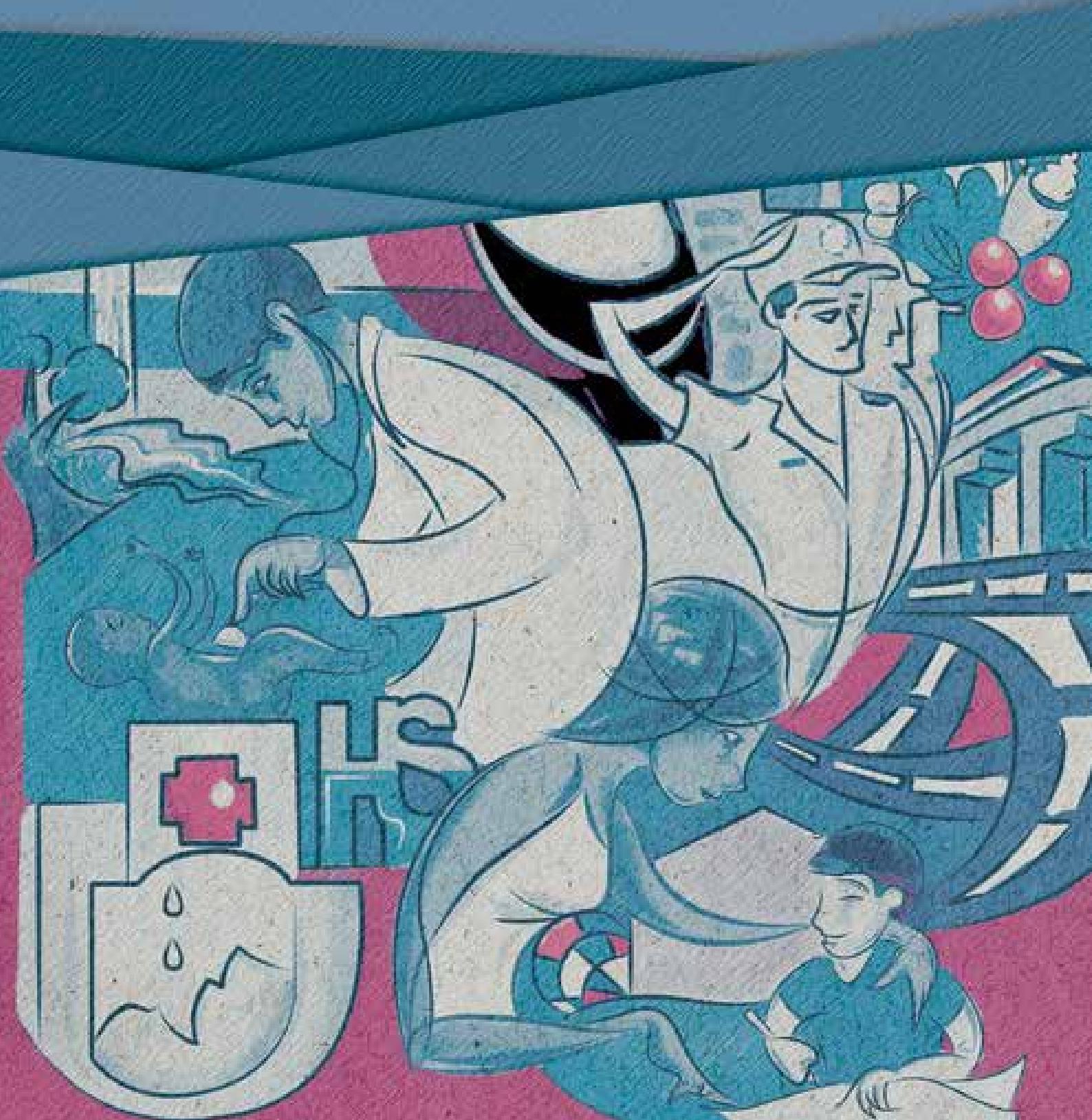
percentual foi de 87,9%. Por outro lado, diminuiu o percentual de domicílios particulares permanentes com telefone fixo. Em 2004 29,6% dos domicílios possuíam esse meio de comunicação. Em 2014 essa proporção foi de 20,5%.

TABELA 17	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE MICROCOMPUTADOR E TELEFONE				Bahia, 2004, 2013 e 2014
MICRO E TELEFONE	2004		2013		2014
Tem Microcomputador	7,4		34,8		30,7
Microcomputador com acesso à Internet	70,6		86,9		85,7
Não tem Microcomputador	92,6		65,2		64,1
Telefone fixo	29,6		22,5		20,5
Telefone celular	26,6		84,8		87,9

Fonte: IBGE – PNAD. Cálculos da SEI.

CAPÍTULO 2

# GESTÃO FINANCEIRA



# GESTÃO FINANCEIRA

Um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando à melhoria na qualidade do gasto público do Estado.

Em 2015, os dados demonstram que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal. Com exceção do limite de Pessoal que ultrapassou o limite Prudencial, os limites de Educação e Saúde foram atendidos de acordo com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

O Portal Transparência Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento “on-line” das ações governamentais e da aplicação dos recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, incluindo os gastos

com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) e nos sites das secretarias, das demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios/convenientes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e Organizações Não Governamentais – ONGs) e o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, que contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2012 a 2015.

## Receitas Públicas

As receitas realizadas em 2015, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 39,21 bilhões, alcançando 94,30% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2014,

observa-se um crescimento nominal na ordem de 3,36%, conforme se observa na Tabela 1.

## Receitas Correntes

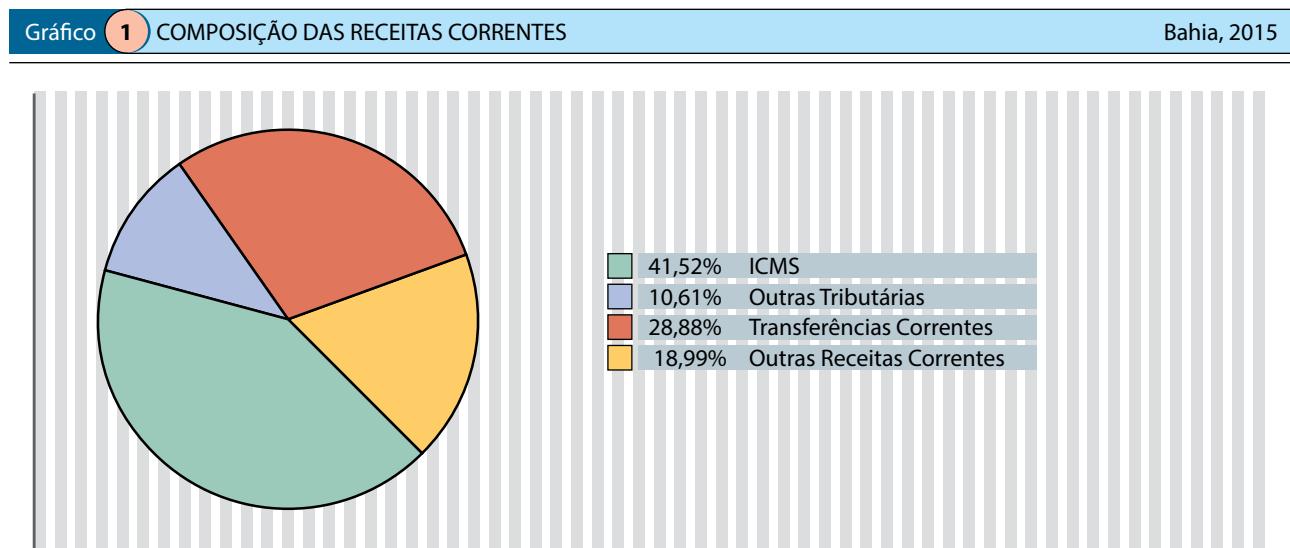
Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Em 2015, foram arrecadadas nessa categoria R\$ 37,66 bilhões, representando uma realização de 100,17% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 6,73% em relação a 2014. O Gráfico 1 traz a composição das Receitas Correntes.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 52,13% destas e totalizaram R\$ 19,63 bilhões em 2015, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual

TABELA 1   BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA						Bahia, 2012-2015	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADO (EM MIL REAIS)				REALIZAÇÃO % ATÉ 2015	VARIAÇÃO % 2015/2014
		2015	2014	2013	2012		
Receitas Correntes	37.593.256	37.657.504	35.283.622	31.869.180	29.320.658	100,17	6,73
Receita Tributária	19.929.631	19.630.984	17.625.956	18.476.906	15.864.324	98,50	11,38
ICMS	15.920.171	15.636.440	14.824.193	15.682.058	13.495.293	98,22	5,48
Outras Tributárias	4.009.460	3.994.544	2.801.763	2.794.848	2.369.030	99,63	42,57
Receita de Contribuições	2.713.205	2.232.630	2.000.960	2.107.309	1.809.252	82,29	11,58
Receita Patrimonial	551.272	979.432	1.545.962	447.586	909.101	177,67	-36,65
Receita Agropecuária	1.171	394	483	569	221	33,67	-18,30
Receita Industrial	134	-	-	9	91	-	-
Receita de Serviços	217.249	150.478	145.111	172.097	114.856	69,27	3,70
Transferências Correntes	11.019.644	10.874.906	10.795.818	11.251.057	11.028.726	98,69	0,73
FPE	5.766.400	5.741.614	5.457.892	6.260.708	5.821.473	99,57	5,20
Outras Transferências	5.253.244	5.133.292	5.337.926	4.990.349	5.207.253	97,72	-3,83
Outras Receitas Correntes	706.066	918.137	764.202	941.491	830.701	130,04	20,14
Conta Retificadora <sup>1</sup>	-	-	-	-3.765.068	-3.277.814	-	-
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	2.454.885	2.870.542	2.405.132	2.237.225	2.041.201	116,93	19,35
Receitas de Capital	3.988.326	1.555.666	2.654.209	3.354.797	2.665.514	39,01	-41,39
Operações de Crédito	1.857.643	1.015.196	1.422.046	2.657.101	1.854.664	54,65	-28,61
Operações de Crédito Internas	1.434.611	937.130	465.102	1.341.035	245.613	65,32	101,49
Operações de Crédito Externas	423.032	78.066	956.944	1.316.066	1.609.050	18,45	-91,84
Alienação de Bens	12.378	18.416	17.042	20.176	14.435	148,78	8,06
Amortização de Empréstimos	250.143	168.821	182.397	170.999	99.205	67,49	-7,44
Transferências de Capital	1.866.671	353.233	1.032.725	506.521	696.848	18,92	-65,80
Outras Receitas de Capital	1.491	-	-	-	363	-	-
Total	41.581.582	39.213.170	37.937.831	35.223.977	31.986.173	94,30	3,36

Fonte: SICO/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Nos exercícios de 2015 e 2014 as deduções de receitas (conta retificadora) encontram-se abatidas nas respectivas contas de receitas.



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

e Intermunicipal – ICMS representou 41,52% do total das receitas correntes.

### Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 79,65% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 15,64 bilhões em 2015, conforme demonstrado no Gráfico 2. Esse montante representa um crescimento nominal de 5,48% em comparação com 2014.

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado.

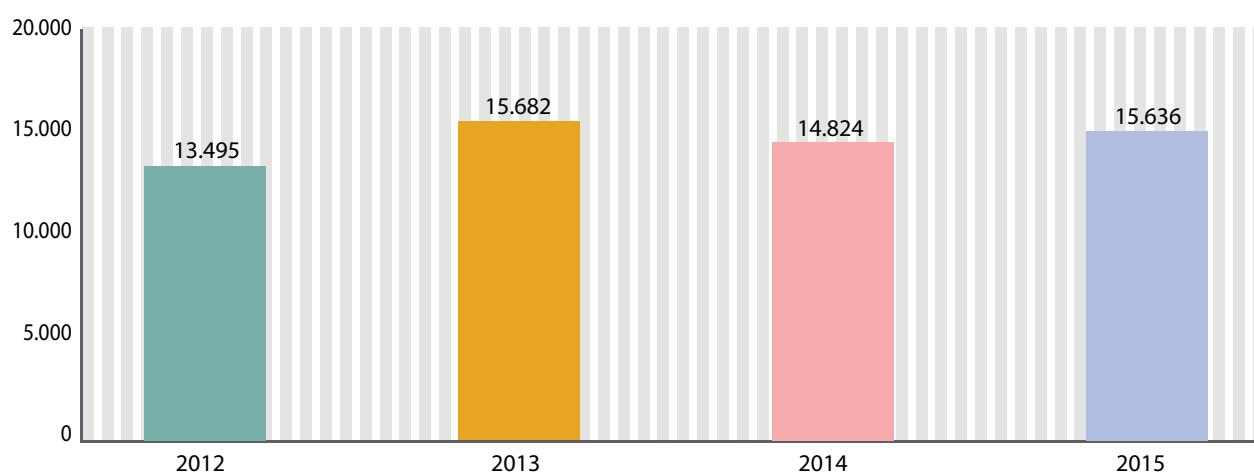
O Gráfico 3 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

No exercício de 2015, ocorreu um crescimento no setor de indústria (+8,57%) e serviços (+13,23), os quais contribuíram para um melhor desem-

penho da arrecadação do ICMS, em relação a 2014. O segmento de comércio apresentou um decréscimo de 0,29%. No setor de indústria, o segmento Petróleo apresentou uma variação nominal positiva de 6,73%. No setor de comércio, tanto o segmento varejista como o segmento atacadista obtiveram variações nominais negativas de 1,87% e 0,59%, respectivamente, se comparados ao ano anterior.

**Gráfico 2** EVOLUÇÃO DO ICMS – VALORES NOMINAIS (EM MILHÕES)

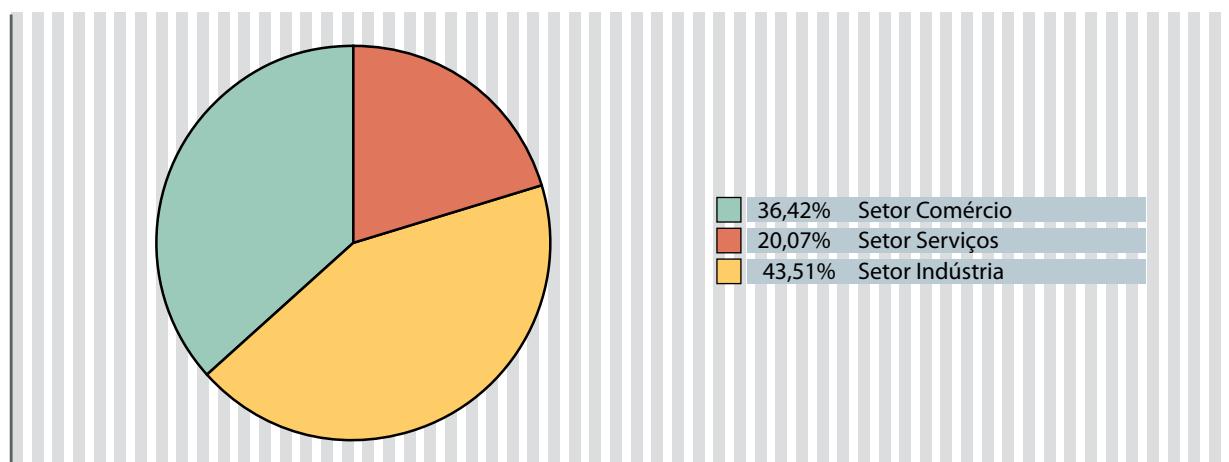
Bahia, 2012-2015



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

**Gráfico 3** ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETOR ECONÔMICO

Bahia, 2012-2015



Fonte: PGM/SEFAZ/COPAF

## Arrecadação do IPVA

O IPVA apresentou, no ano de 2015, uma variação nominal positiva de 11,44% quando comparado com o realizado de 2014, sendo arrecadados R\$ 894,43 milhões.

## Receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE

As Transferências Correntes representam 28,88% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências cons-

titucionais e legais da União, destacando-se o FPE que participa com 52,80% do total realizado de transferências. Em relação ao valor realizado, registrou-se uma variação nominal positiva de 5,20% em relação a 2014, atingindo o montante de R\$ 5,74 bilhões. O Gráfico 4 apresenta a evolução do FPE nos últimos quatro anos.

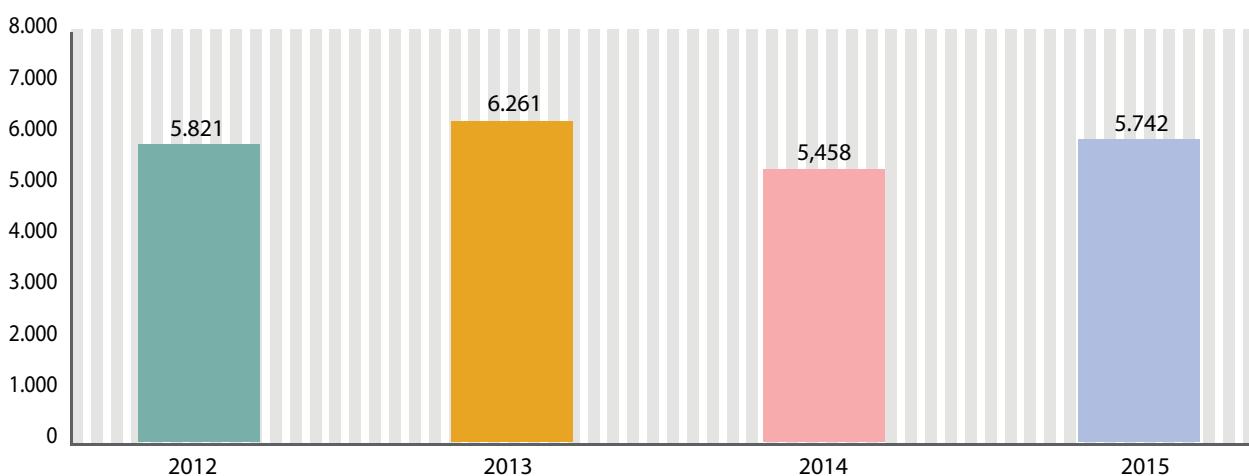
## Receitas de Capital

As Receitas de Capital totalizaram em 2015 R\$ 1,55 bi-

lhão, e referem-se aos ingressos de Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 1,01 bilhão), de Alienações de Bens (R\$ 18,42 milhões), as Amortizações de Empréstimos (R\$ 168,82 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 353,23 milhões). Foi realizada nessa rubrica 39,01 % da previsão anual. A composição das Receitas de Capital estão apresentadas no Gráfico 5.

Gráfico 4 EVOLUÇÃO DO FPE – VALORES NOMINAIS (EM MILHÕES)

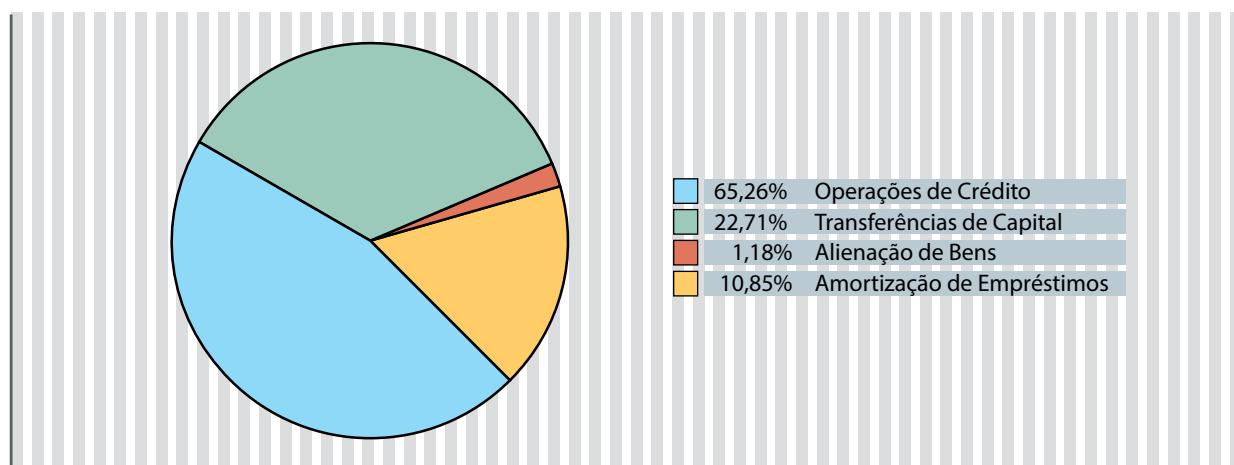
Bahia, 2012-2015



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Gráfico 5 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

Bahia, 2012-2015



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

## Receita Corrente Líquida - RCL

A Receita Corrente Líquida - RCL é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e é sobre esse parâmetro que se calculam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2015, conforme Gráfico 6, essa receita apresen-

tou um crescimento da ordem de 5,17% em relação a 2014, representando um montante de R\$ 27 bilhões.

## Comportamento das Despesas Públicas

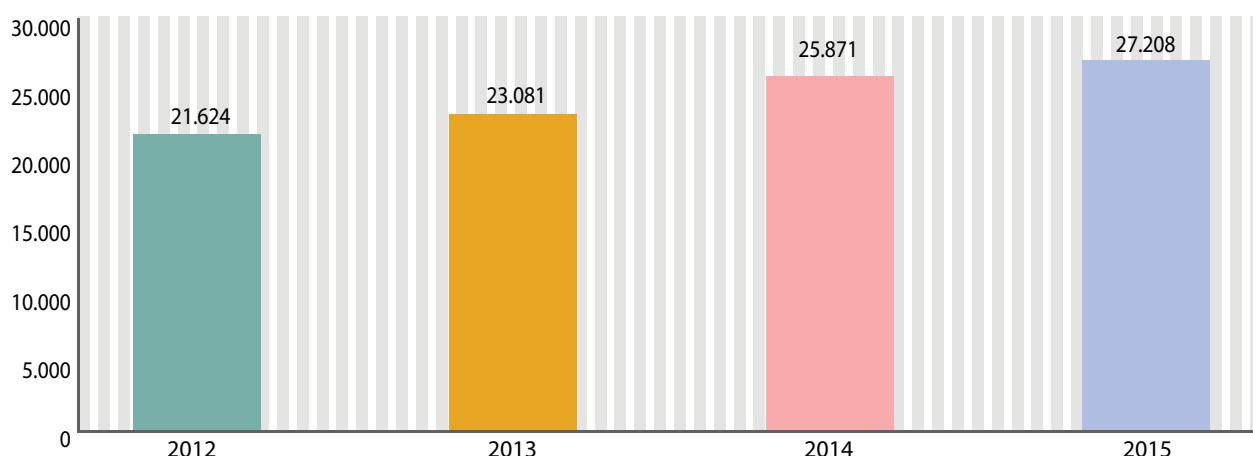
A Despesa Total do Estado da Bahia, prevista para o exercício de 2015, foi de R\$ 44,80 bilhões,

apresentando um valor realizado de R\$ 39,44 bilhões, o que representa uma realização de 88,03% e um crescimento de 8,59% quando comparado ao ano anterior.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício foi de R\$ 40,93 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 35,68 bilhões, o que repre-

Gráfico 6 EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (EM MILHÕES)

Bahia, 2012-2015



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 2 | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA

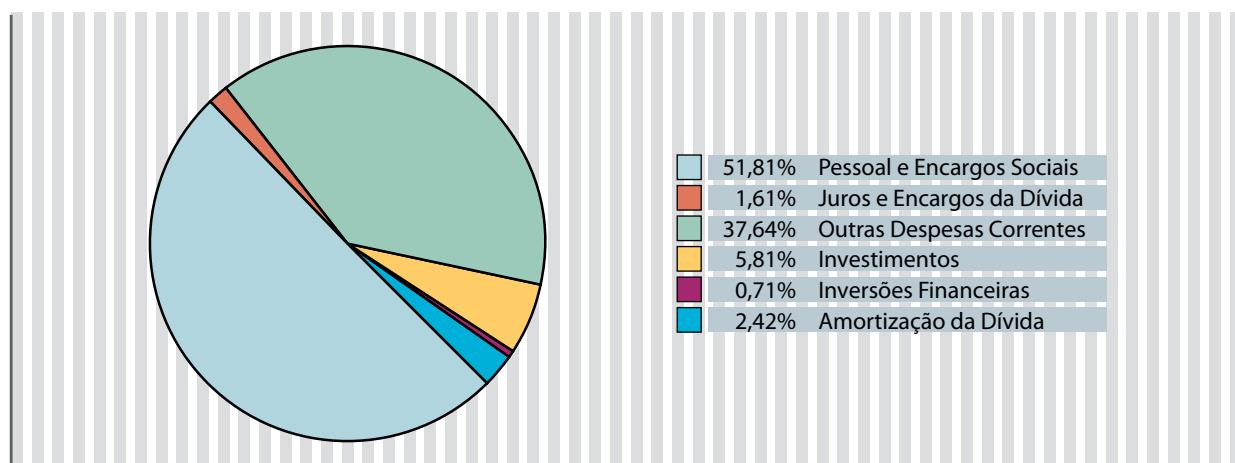
Bahia, 2012-2015

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2015	REALIZADO (Em mil reais)				REALIZAÇÃO % ATÉ NOV. 2015	VARIAÇÃO % 2015 / 2014
		2015	2014	2013	2012		
Despesas Correntes	37.470.051	35.907.395	32.676.847	29.869.150	27.075.281	95,83	9,89
Pessoal e Encargos Sociais	20.866.069	20.431.063	17.893.409	16.027.930	14.481.698	97,92	14,18
Juros e Encargos da Dívida	633.864	633.857	543.166	497.804	515.961	100,00	16,70
Outras Despesas Correntes	15.970.118	14.842.474	14.240.272	13.343.416	12.077.621	92,94	4,23
Transf. Const. aos Municípios	5.165.186	5.147.554	4.814.879	4.453.587	3.850.325	99,66	6,91
Demais Despesas Correntes	10.804.932	9.694.920	9.425.393	8.889.829	8.227.296	89,73	2,86
Despesas de Capital	7.326.054	3.528.084	3.637.598	4.368.658	3.304.896	48,16	-3,01
Investimentos	5.960.259	2.292.138	2.540.216	2.037.263	1.836.280	38,46	-9,77
Inversões Financeiras	410.874	281.031	300.195	649.861	436.521	0,00	-6,38
Amortização da Dívida	954.922	954.915	797.187	1.681.534	1.032.095	100,00	19,79
Reservas de Contingência	64	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>44.796.169</b>	<b>39.435.478</b>	<b>36.314.445</b>	<b>34.237.808</b>	<b>30.380.177</b>	<b>88,03</b>	<b>8,59</b>

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Gráfico 7 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

Bahia, 2012-2015



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

senta uma realização de 87,17%. Desse total, as despesas Correntes totalizaram R\$ 32,25 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 3,43 bilhões.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. No exercício em análise, as despesas correntes do Estado atingiram o montante de R\$ 35,91 bilhões representando 91,05% do total, com realização de 95,83% da dotação atualizada.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 20,41 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 633,86 milhões e as Outras Despesas Correntes com um total realizado de R\$ 14,84 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,53 bilhões com uma realização de 48,16% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos com valor de R\$ 2,29 bilhões, seguida da Amortização da Dívi-

da e Inversões Financeiras com R\$ 954,92 milhões e R\$ 281,03 milhões, respectivamente. O Gráfico 7 demonstra a composição das despesas em 2015.

### **Pessoal e Encargos**

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas. Em 2015, o Poder Executivo ultrapassou o limite Prudencial e abaixo do limite máximo, alcançando 47,61% da Receita Corrente Líquida. Com relação aos demais poderes, se mantiveram em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial e máximo permitido pela LRF, conforme evidencia a Tabela 3.

### **Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas relativas à remuneração do magistério,

a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

A Tabela 4 demonstra que, do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou em 2015 um total de R\$ 6,63 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 27,96% destas receitas, significando o cumprimento do limite legal de 25%.

### **Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde**

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

TABELA 3   DESPESAS DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (até agosto de 2015)					Bahia, 2012-2015	
PODER	% LIMITE PRUDENCIAL	% LIMITE MÁXIMO	% DESPESA DE PESSOAL REALIZADA/RCL			
			2015	2014	2013	2012
Executivo	46,17	48,60	47,12	45,03	44,81	45,20
Defensoria	-	-	0,49	0,45	0,42	0,39
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	47,61	45,48	45,34	44,58
Legislativo	3,23	3,40	2,74	2,59	2,57	2,59
Judiciário	5,70	6,00	5,54	5,68	5,63	5,41
Ministério Público	1,90	2,00	1,50	1,49	1,45	1,49
<b>Total</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>	<b>57,39</b>	<b>55,24</b>	<b>54,99</b>	<b>54,07</b>

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF  
RCL 2015 = R\$ 27.207.611 mil

TABELA 4   APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO					Bahia, 2012-2015
DESCRIPÇÃO	REALIZADO ( EM MIL REAIS)				LIMITE CONSTITUCIONAL
	2015	2014	2013	2012	
Receita Líquida de Impostos	23.715.743	21.459.306	19.774.147	17.313.431	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	6.630.691	5.929.151	5.555.184	4.488.166	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	27,96%	27,63%	28,09%	25,92%	25,00%

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 5   APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE					Bahia, 2012-2015
DESCRIPÇÃO	REALIZADO ( EM MIL REAIS)				LIMITE CONSTITUCIONAL
	2015	2014	2013	2012	
Receita Líquida de Impostos	23.715.742	21.459.306	19.774.147	17.313.431	
Total das Despesas Próprias com Saúde	3.010.066	2.851.554	2.429.191	2.216.047	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,69%	13,29%	12,28%	12,80%	12,00%

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 3,01 bilhões, em 2015, correspondendo a 12,69% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012. A Tabela 5 apresenta a aplicação de recursos em ações e serviços de saúde nos últimos quatro anos.

### Dívida Pública

Com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual

dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Conforme Tabela 6, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,59 no exercício de 2015, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de duas vezes a RCL.

Conforme observado na Tabela 7, a evolução anual de 2008 a 2015 dos juros médios da dívida pública do Estado da Bahia apresenta redução de seus valores

e incremento no prazo médio. Essa configuração demonstra melhoria no perfil do endividamento público ao longo dos últimos oito anos avaliados.

### Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. A Tabela 8 demonstra que, no exercício de 2015, a Bahia obteve o déficit primário de R\$ 570,49 milhões, dentro da meta estabelecida na LDO no valor negativo de R\$ (1.254.000) mil.

TABELA 6   RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL		Bahia, 2012-2015
ANO		DÍVIDA / RCL
2012		0,49
2013		0,47
Até outubro - 2014		0,44
Até outubro - 2015		0,59

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 7   EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS								Bahia, 2008-2015	
Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>									
Prazo Médio	9,85	12,85	12,47	12,18	17,18	18,86	20,18	19,67	
Juros Médios	4,06%	2,68%	2,32%	2,26%	1,60%	1,40%	1,27%	1,53%	
<b>DÍVIDA INTERNA</b>									
Prazo Médio	13,41	12,77	12,43	12,30	12,16	13,40	13,14	13,34	
Juros Médios	5,82%	5,66%	5,81%	5,81%	5,85%	5,79%	5,82%	5,86%	
<b>DÍVIDA TOTAL</b>									
Prazo Médio	12,77	12,79	12,44	12,27	13,80	15,65	16,34	16,60	
Juros Médios	5,51%	5,03%	5,11%	5,06%	4,46%	3,99%	3,75%	3,63%	

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB(Sistema da Dívida Pública(SPD)

TABELA 8   RESULTADO PRIMÁRIO				Bahia, 2012-2014			
RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS ( EM MIL REAIS )						
	2015	2014	2013	2012			
Receitas Fiscais Correntes	36.743.194	34.831.619	31.542.296	29.003.253			
Receitas Fiscais de Capital	353.233	1.032.725	506.521	697.211			
<b>Receitas Fiscais</b>	<b>37.096.427</b>	<b>35.864.344</b>	<b>32.048.818</b>	<b>29.700.464</b>			
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS LIQUIDADAS						
	2015	2014	2013	2012			
Despesas Fiscais Correntes	35.273.538	32.133.681	29.371.346	26.559.320			
Despesas Fiscais de Capital	2.393.376	2.602.800	2.376.596	1.862.199			
Reserva de Contingência	–	–	–	–			
<b>Despesas Fiscais</b>	<b>37.666.914</b>	<b>34.736.481</b>	<b>31.747.942</b>	<b>28.421.519</b>			
<b>Resultado Primário</b>	<b>(570.487)</b>	<b>1.127.862</b>	<b>300.875</b>	<b>1.278.945</b>			

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF  
LDO - Meta do Resultado Primário para o ano de 2015 = R\$ (1.254.000) mil

